



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 047

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Elio Rusch*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Ademar Traiano*  
Partido Democratas ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Péricles de Mello*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
Bloco PPS/PMN ..... *Dr. Batista*  
Bloco PSB/PRB/PV ..... *Pastor Edson Praczyk*  
Bloco PTB/PR ..... *Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 047**

### **44ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva:..... 02**

**Presenças:..... 02**

**Abertura da Sessão: ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Memorando ..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 05

Projeto de Lei..... 09

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 09

Dep. Professor Lemos..... 11

Dep. Douglas Fabrício ..... 12

Dep. Artagão Júnior..... 13

Dep. Caíto Quintana ..... 13

Dep. Rosane Ferreira ..... 14

#### **Grande Expediente:**

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 15

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PDT

Dep. Fernando Scanavaca..... 16

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi ..... 17

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 18

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 19

Liderança da Oposição

Dep. Douglas Fabrício ..... 20

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 22

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 23

Discussão/Votação

Redação Final ..... 23

3ª Discussão ..... 24

2ª Discussão ..... 24

Requerimentos ..... 29

**Encerramento da Sessão: ..... 30**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

Constituição e Justiça ..... 30

Ecologia e Meio Ambiente ..... 31

Tomada de Contas..... 32

### **DIÁRIO Nº 047**

### **44ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 MAIO DE 2009**

(terça-feira)

### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin,

Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Osmar Bertoldi (03).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Carlos Simões, Fábio Camargo, Plauto Miró (03).

Em licença médica o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### **Expediente:**

#### **Ofícios**

Sob os nºs CEE/CC 1411, 1467, 1468, 1483, 1519, 1520 e 1521/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado sancionou os Projetos de Leis nºs: **Anote-se. Arquivo-se.**

**039/09:** Do Poder Executivo que, aprova crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 39.620.000,00, o qual convertido em Lei tomou o nº 16096. **Anote-se. Arquivo-se.**

**093/09:** Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso do terreno que especifica, ao Instituto Paranaense de Cegos, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 16097. **Anote-se. Arquivo-se.**

**040/09:** Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, ao Município de Arapongas, o qual convertido em Lei tomou o nº 16098. **Anote-se. Arquivo-se.**

**079/09:** Do Poder Executivo que, fixa a partir de 1º de maio de 2009, valores do piso salarial no Estado do Paraná, com fundamento no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 103, de 14/07/00, o qual convertido em Lei tomou o nº 16099. **Anote-se. Arquivo-se.**

**059/09:** Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao Município de Irati, da área de terras que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16102. **Anote-se. Arquivo-se.**

**049/08:** De autoria do Deputado Stephanes Júnior que, Veda, no Estado do Paraná, a prestação de serviços de vigilância por cães de guarda com fins lucrativos no âmbito do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 16101. **Anote-se. Arquivo-se.**

**002/09:** Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cruzeiro do Oeste, dos imóveis que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16100. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob o nº 035/09-DOP/GAB/SEDU do Sr. Luiz Forte Neto - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita esclarecimentos sobre os investimentos feitos no Governo Jaime Lerner e Roberto Requião nos Municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

### **Memorando**

Informamos aos Srs. Deputados que já foi publicada, no Diário da Assembleia, a Proposta de Emenda à Constituição Estadual de autoria do Deputado Durval Amaral, que acrescenta inciso ao artigo 66 da constituição.

Estando, assim, aberto o prazo para apresentação das emendas.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

### **Indicações**

INDICAÇÃO Nº 606/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Paraná, Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Cultura a implantação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Piraí do Sul.

Ao Exmo. Governador Roberto Requião:

C/C

À Secretaria de Estado da Cultura, Sra. Vera Mussi

O Deputado Péricles de Holleben Mello dirige-se ao Sr. Governador e a Sra. Secretária para reivindicar o seguinte:

1 - a implantação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Piraí do Sul.

2 - a solicitação justifica-se tendo em vista que, conforme relatado pela Câmara de Vereadores de Pirai do Sul, a instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município vai aprimorar o conhecimento dos alunos, que passarão a ter acesso gratuito a novas literaturas. Como prevê a proposta do projeto, a Cidade vai ganhar um equipamento cultural de promoção da democratização do conhecimento, com a aquisição do acervo de livros e com a possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

#### INDICAÇÃO Nº 607/09

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Abatiá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Abatiá.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

##### JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças atendendo a demanda da Saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 608/09

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada urgentemente a prorrogação do prazo de zoneamento agrícola do trigo no Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário Estadual da Agricultura e do Abastecimento:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Valter Bianchini para solicitar que interceda em favor dos agricultores paranaenses no sentido de viabilizar a prorrogação, em 10 (dez) dias, do prazo de zoneamento agrícola do trigo no Paraná, durante o mês de maio.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

##### JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atende solicitação da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, que relata os gravíssimos problemas enfrentados pelos agricultores paranaenses em razão da seca que castiga nosso Estado, sendo que tal medida poderá viabilizar o plantio e o acesso ao crédito.

#### INDICAÇÃO Nº 609/09

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Agudos do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

##### JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 610/09

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Almirante Tamandaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

##### JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 611/09

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Araucária.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

##### JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 612/09

##### SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Balsa Nova.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Balsa Nova.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 613/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Barra do Jacaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 614/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Cambará.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Cambará.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

#### INDICAÇÃO Nº 615/09

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, indica ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e, sugere:

1) A Junta Comercial do Paraná a quem compete fixar a alterar, nas praças de Comércio do Estado do Paraná (conforme Decreto Federal nº 13609, de 21/10/43, capítulo I, artigos 1º e 29º) que dizem:

“Capítulo I, do provimento do ofício, artigo - 1º O Ofício de tradutor público e interprete comercial será exercido, no país, mediante concurso de provas e nomeação concedida pelas Juntas Comerciais ou órgãos encarregados do registro do comércio.”

“Capítulo V, das disposições gerais, artigo 29º - As Juntas Comerciais ou órgãos correspondentes compete fixar e alterar, nas praças de comércio do Estado de sua jurisdição, o número de tradutores públicos e intérpretes comerciais para cada língua...”

2) A realização de concurso público para prover as vagas necessárias para o cargo de tradutor público e intérpretes comerciais para cada língua.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Hoje, a Junta Comercial do Paraná só conta com o Sr. Kenji Oda, em Curitiba, para a realização das traduções oficiais em japonês. Em Londrina o Sr. Miyoshi Egashira é o único com autorização para as traduções em japonês.

A Junta Comercial do Paraná através do seu Presidente Júlio Maito e Sr. Miguel Gutierrez, assessor do JCP, concordam com este Parlamentar sobre a real necessidade de realizar-se o concurso citado, em razão da idade avançada dos atuais tradutores (Kenji Oda tem 90 anos de idade) e nenhum outro seria nomeado sem o devido concurso público oficial.

### Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 2185

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Laurindo Galupo, ocorrido no dia 01/05/09, no Município de Nova Prata do Iguaçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Melania Trentin Galupo.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Às vezes ocorrem fatos que nem de longe, conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inexplicáveis.

Assim é que definimos o falecimento do Vereador de Nova Prata do Iguaçu, Laurindo Galupo. Homem de personalidade forte, grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes, faziam com que ele fosse uma das principais lideranças em atividades no Município.

Desde cedo, deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários. Na política, exerceu o cargo de Vereador por três legislaturas. Era um interlocutor respeitado, pois cumpria palavra.

Infelizmente o falecimento do Vereador Laurindo Galupo, abriu uma lacuna, que dificilmente será preenchida em Nova Prata do Iguaçu. Além dos dotes como político, era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte.

Que o Pai Criador, dentro do seu infinito amor, ao mesmo tempo que acolhe o Sr. Laurindo em sua morada divina, console e ilumine o coração de todos os que sofrem com a partida de um grande amigo.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

#### REQUERIMENTO Nº 2186

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Hiracilio Ivo Gregório, ocorrido no dia 09/05/09, na Cidade de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Adelaide Gregório.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações.

É impossível definir em poucas palavras a forma de ser do Sr. Hiracilio, que foi um exemplo claro de uma vida dedicada à família e ao próximo.

Esposo, pai, trabalhador e amigo, sua existência foi marcada pela forma generosa de ser.

Como pai, criou com muito esmero e disciplina seus seis filhos: André, Andréa, Ana, Hiracilio Júnior, Angélica e Alexandre.

Como esposo, sempre foi companheiro, leal e amigo. Casado com a Sra. Adelaide Gregório, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Como trabalhador, lutou incansavelmente para superar as dificuldades. Foi caminhoneiro durante muitos anos.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-lo, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente a ausência do seu Hiracilio, que acima de tudo foi um grande homem.

Aceite os nossos sinceros votos de pesar.

#### REQUERIMENTO Nº 2189

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Luiz Rodrigues, falecido no último dia 11 do corrente na Cidade de Guaraqueçaba.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 11, aos 60 anos de idade, o Sr. João Luiz Rodrigues, era filho de Francisco Belmiro Rodrigues Molina e Maria Carmen Roman Molina. Deixou viúva Dona Gladis e cinco filhos.

O passamento do Sr. João Luiz Rodrigues veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, ente eles este Parlamentar.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que jamais o esquecerão a sua maneira de ser, seus gestos, seu companherismo e carinho dispensado a todos sempre serão lembrados.

O Poder Legislativo, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rodrigues, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2190

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 07 de maio, do Sr. Emílio Amélio Mattos de Souza, ex-Vice-Prefeito de Guaratuba e Vereador por seis legislaturas naquele Município, sendo eleito Presidente da Câmara Municipal, nos exercícios de 1991 e 1992.

Emílio Amélio Mattos de Souza sempre será lembrado como um grande homem público, sempre voltado para as mais legítimas reivindicações da população no nosso litoral.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Emílio Amélio Mattos de Souza nasceu na Cidade de Guaratuba, no dia 09/05/28, sendo filho de Sotero Mattos de Souza e Ana Lopes de Souza. Foi casado com a saudosa Srs. Hilda Maria B. de Souza, de cuja união tiveram quatro filhas.

Desde jovem trabalhou na construção civil, e ao longos dos anos contribuiu inúmeras residências em nossa Cidade.

Ingressou na vida política no ano de 1963 quando elegeu-se Vereador para o período 1964 à 1968, sendo reeleito para o período de 1969 à 1972.

Foi eleito e exerceu o cargo de Vice-Prefeito no período de 1973 à 1977.

Foi eleito novamente Vereador e exerceu o cargo no período de 1982 a 1988, sendo reeleito para o período de 1989 à 1992, sendo que nos anos de 1991 a 1992 exerceu a Presidência da Câmara Municipal.

Finalmente, foi eleito Vereador e exerceu o cargo no período de 1997 à 2000.

Portanto, exerceu a função pública por muitos anos, tendo colaborado e acompanhado o desenvolvimento de nosso Município, e também muitos benefícios conseguiu a nossa população, principalmente aos mais carentes. Pelos muitos anos que participou ativamente no Poder Legislativo, nada mais justa esta homenagem que estamos prestando, denominando a Sala de Reuniões da Câmara Municipal com o seu estimado nome.

É a justificativa.

#### REQUERIMENTO Nº 2191

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Neri da Silveira, professor estadual no Município de Nova Prata do Iguaçu, ocorrido no último domingo, 10/05/09, em Nova Prata do Iguaçu/PR. Neri deixou esposa e dois filhos.

Requer outrossim, que após a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### REQUERIMENTO Nº 2203

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado voto de pesar pelo falecimento da Sra. Julia Tavela Borges, ocorrido no último dia 25/04/09.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento a suas filhas Valquiria Borges Miguel e Valderez Borges Bertholdo.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Julia Tavela Borges os nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 25 de abril, que deixa eternas saudades.

Dona Julia, como era chamada era ex-proprietária de um dos primeiros cartórios da Cidade de Campo Mourão. Era pioneira no Município e faleceu aos 86 anos de idade.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente:

Requer à Mesa, na forma regimental, conforme dispõe o artigo 131, parágrafo 1º, inciso III, votos de congratulações pelos 40 anos de fundação do Balé do Teatro Guaíra.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O Balé Teatro Guaíra foi fundado em 12/05/69, com a intenção de que o Paraná tivesse um grupo oficial de dança representando o Estado e que as obras para ele feitas fossem acessíveis ao público em geral. O Balé Teatro Guaíra representa a Dança do Paraná em seu mais alto grau de qualidade, sendo referência em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional. São 140 obras no repertório e conta com Diretores, Coreógrafos, Músicos e Artistas reconhecidos nacionalmente e internacionalmente.

#### REQUERIMENTO Nº 2183

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 19º Aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Nova Laranjeiras, comemorado no 16/05/09.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Exmo. Sr. Eugenio Milton Bittencourt, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Do primeiro desbravador até os dias atuais, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um Município pujante que engrandece e orgulha a todos os paranaenses.

Nova Laranjeiras acaba de completar 19 anos de emancipação política, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que em 1947 as famílias do norte do Rio Grande do Sul começaram a se deslocar para esta localidade, principalmente as de origem italiana. O primeiro a adquirir terras foi o Sr. Avelino Badotti.

No dia 13/06/97 o Município sofreu as consequências de um forte vendaval que arrasou a Cidade. Cerca de 200 residências foram destruídas, além dos pontos comerciais e Órgãos Públicos.

Porém, a união das pessoas fez com que o Município se reestruturasse. E hoje, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. Mesmo nos tempos difíceis, os cidadãos depositaram neste chão as esperanças de dias melhores. Isso foi decisivo para que Nova Laranjeiras se tornasse um Município pujante.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

**REQUERIMENTO N° 2184**

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 19° Aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Virmond, comemorado no 17/05/09.

Requer ainda, que seja dado ciência à Exma. Sra. Lenita Orzechovski Mierzva, Prefeita Municipal.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Virmond acaba de completar 19 anos de emancipação política, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que o Coronel Frederico Guilherme Virmond chegou em Guarapuava no ano de 1852, vindo da Cidade do Rio de Janeiro. Enfrentou dificuldades inerentes aos padrões da época e fundou a fazenda Amola Faca, de onde se originam os fundamentos históricos do Município de Virmond.

Passado alguns anos, o Consul polonês Casemiro Gotuchowski comprou a fazenda Amola Faca, com o objetivo de unir famílias de imigrantes poloneses dispersas pelo Estado e Brasil afora. Sua iniciativa foi coroada de êxito, justificando hoje a maioria da população de Virmond ser de origem eslava.

Hoje, Virmond, conduzida pela Prefeita Lenita Orzechovski Mierzva é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. A Administração Municipal sabe, com inteligência, superar os obstáculos aparentemente intransponíveis, garantindo a viabilidade do Município que vislumbra horizontes promissores para os próximos anos.

Assim, parabenizamos Virmond pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

**REQUERIMENTO N° 2188**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a manifestação do douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de reconhecimento público e de congratulações ao Ministro Luiz Fux, do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Nascido em 26/04/53, casado, pai de 02 filhos, Promotor de Justiça, Desembargador e membro do Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro, tendo exercido antes a profissão de advogado. Nomeado para o STJ em 2001, tem sido elogiado por Desembargadores, Procuradores de Justiça e renomados advogados, pela conduta sábia e imparcial nos votos e decisões por ele proferidos em tão alta corte de justiça. Recentemente, S. Exa. foi alvo de uma maligna campanha, com colocações tendenciosas, maldosas, num determinado segmento da mídia, ficando para opinião pública a nítida impressão de que isso tenha origem alguns interesses contrariados por algumas decisões pelo Ministro no desempenho de sua missão no judiciário. No entanto, a maioria que tomou conhecimento dessa campanha mostra-se confiante de que essa conduta parcial, tendenciosa, jamais será capaz de tirar o brilho da consagrada carreira do Ministro Fux, um grande semeador de Justiça em nosso País.

Requeiro que a decisão desta Casa seja comunicada ao Exmo. Sr. Ministro Luiz Fux, no endereço do Superior Tribunal de Justiça, Brasília/DF, com o registro nos Anais da história, de tão notável contribuição que ele dá ao Brasil, com votos de sucesso permanente em tão nobre missão de julgador.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) ANTONIO BELINATI

**REQUERIMENTO N° 2193**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU), Luiz Forte Neto, solicitando a inclusão do Município de Pirai do Sul no Programa de Instalação do Centro de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO



**JUSTIFICATIVA:**

A Câmara de Vereadores de Piraí do Sul, por meio do nosso mandato, se manifestou pela necessidade do Município ser contemplado com a instalação do Centro de Saúde da Mulher e da Criança, visto que o Município enquadra-se nos critérios para a inclusão desse Programa, e necessita de ampliação do atendimento na área de saúde à população, com atendimento de qualidade a todos.

Conto com Vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população de Piraí do Sul.

**Projeto de Lei**

PROJETO DE LEI Nº 227/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o DETRAN do Paraná autorizado a conceder desconto no IPVA de todos os veículos automotores usados, emplacados no Estado e que não tenham sido multados por infrações cometidas.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no artigo anterior, será obedecida uma tabela que aumentará o desconto, progressivamente, quanto mais forem os anos que o veículo não tenha sido multado; a saber: 3% de desconto no IPVA para os veículos que passaram um ano sem multa; 5% para dois anos; 10% para três anos; 15% para quatro anos e 20% para os veículos que passem mais de 5 anos sem cometer infração em todos o território nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) ANTONIO BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto visa premiar, com redução no IPVA, os proprietários de veículos automotores que por mais de um ano não praticaram nenhuma violação às leis de trânsito vigentes em nosso País. Creio que o abatimento no IPVA motivará muitos outros proprietários a que se empenhem no sentido de não cometerem infrações visando igualmente serem beneficiados com um IPVA mais barato. A aprovação deste projeto, e sua transformação em lei, muito provavelmente reduzirá, também, o elevado número de pessoas que ficam feridas em acidentes e dependem de atendimento médico-hospitalar. Esse raciocínio tem fundamento o fato de que, a grande maioria das infrações são provocadas por excesso de velocidade. Havendo mais respeito às leis, independente da vontade de emplacar o veículo com um imposto mais baixo, certamente cairá o número de acidentes e também de vítimas.

**Pequeno Expediente:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

**Deputado Antonio Belinati (PP)**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Nobre Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputada da Liderança de Araucária, Rosane; Deputado Dr. Batista, grande médico de Maringá; visitantes; comitê de imprensa e aqueles que nos dão a honra de acompanhar os trabalhos da Assembleia Legislativa, através da Rede MERCOSUL de Televisão e também da TV SINAL.

Quero, mais uma vez, agradecer aos paranaenses que estão me enviando e-mails, enviando correspondências. O pessoal do nosso gabinete, toda a nossa equipe fica feliz com esse contato que o povo está tendo conosco, com o nosso gabinete, mandando ideias, sugestões, críticas, reivindicações. Então, embaixo aparece o nosso e-mail, todo o cidadão, toda a cidadã, todo o paranaense que tiver interesse pode nos mandar e-mail, mande a sua ideia, a sua sugestão, o que está certo, o que está errado, no seu Governo, porque aqui o povo tem que falar. O Deputado é empregado do povo, ganha muito bem para isso e é uma obrigação que cumprimos prazerosamente de poder abrir esta Casa para que o povo possa se manifestar.

E dentro das correspondências que estão chegando ao meu gabinete está a da Luciane Aparecida Bueno: *Olá, Deputado Belinati, sou professora e venho encarecidamente pedir a sua ajuda. Sou recém-concursada do Estado pelo Município de Curitiba, tenho dois padrões, um de Ciências e um de Educação Especial. Porém, minha família é do Município de Ibaiti e estou tendo dificuldades de encontrar moradia com o valor compatível ao meu salário, e também um lugar de fácil acesso às escolas que trabalho. Trabalho em Curitiba desde o final de janeiro. Devido às dificuldades, pedi a ordem de serviço dos dois padrões para o Município de Ibaiti, mas ainda não fui liberada. Para o padrão de Ciências eu já encontrei substituta.*

Então, está aí, Presidente, a professora Luciane Aparecida Bueno. É aquilo, a pessoa mora em um lugar e faz concurso, às vezes tem um padrão aqui, e outro em outro canto do Paraná, ou às vezes é aprovada em um concurso em um Município a 100, 200, 300, 500 quilômetros de distância da sua casa. Isso não é bom para o professor, não é bom para a professora, e não é bom também para o Estado.

Então, tem qualquer coisa de errado nesse critério de concurso, porque o ideal, no caso aqui da professora que é de Ibaiti, que haja vaga, e sabemos que há a necessidade de mais professores. O professor ou professora, aprovado em um concurso, poder efetivamente trabalhar na Cidade onde ele mora, de preferência, ou, pelo menos,

pertinho da sua casa. Agora, a pessoa morar em um conto do Paraná, por necessidade de trabalhar, de dinheiro, ser aprovado e ter que lecionar em uma Cidade muito distante do seu domicílio, o salário não vai compensar.

Deputado Nelson Justus, V. Exa. modernizou a Assembleia Legislativa e o Marcos Maciel aproveita para dar uma ideia, que as transmissões das Sessões desta Assembleia Legislativa sejam transmitidas também através da internet. Porque nem todo mundo tem um aparelho de TV de um jeito. Alô, Dr. David, nosso querido Diretor da TV SINAL e de Comunicação da Assembleia Legislativa, a ideia é inteligente. Já chegamos a esse ponto tão importante, que é a transmissão pela tevê, acho que seria um instrumento a mais a serviço do povo.

O Claudemir Marquesini: *Deputado Belinati, sou um apreciador do seu trabalho e muito lhe admiro. Trabalho na área de Segurança, tenho muitos cursos, como de vigilância patrimonial, segurança de pessoas importantes e de transportes de valores, todos reconhecidos pela Polícia Federal, que ao todo me custaram quase R\$ 2 mil. Tenho faculdade de Serviço Social, com dois períodos pagos. sendo que faltam seis períodos para acabar, na Faculdade UniAmérica. Não consigo trabalho nesta área, já faz quase um ano e meio. Escrevi isso como um desabafo, para com as nossas autoridades.*

Ele tem tudo e não consegue trabalho em sua área. Esse é o retrato da situação do nosso Brasil. Boa-sorte a esse paranaense e que ele consiga o trabalho que ele procura.

Do Luiz Carlos Oliveira: *Deputado Belinati, venho por meio dessa mensagem, como servidor público estadual, pedir que se lembre do importante papel que exercemos, enquanto agentes públicos, para a implantação de políticas públicas estaduais e de um serviço de qualidade a todos os cidadãos do Paraná. Não é justo que sejamos, enquanto servidores, prejudicados ou desfavorecidos por uma política que transparece ter dois pesos e duas medidas, onde o setor privado teve um aumento de 15% em seus salários e para nós é dado apenas 6%. Ele está cobrando, Governador Requião, um tratamento de isonomia, igualdade, 15% para a iniciativa privada, 15% para todos os servidores.*

Aliás, melhor ainda, é o aumento que o Tribunal de Contas está propondo, de 21% para os seus funcionários. Acho que deveríamos pegar uma carona do que é melhor e nivelar por cima, nunca por baixo. O Tribunal de Contas, que fiscaliza as contas públicas, está pedindo 21% aos seus servidores. Por que não dar 21% também para todos os servidores públicos? Do Wagner Francisco Fassini: *Boa-tarde Deputado Belinati, a classe vigilante do Paraná está descontente com o seu salário. O salário de vigilante do Paraná é R\$ 952,32. Daí o patrão, para encher o saco do vigilante, coloca lá 32 centavos, para dizer que é um controle rigoroso. Em vez de arredondar para cima, não, é uma palhaçada colocar o centavozinho para querer enganar e dizer que o salário é justo.*

Então, salário de vigilante aqui no Paraná, o piso é R\$ 952,32, mais R\$ 70 de periculosidade. Se fosse 30% a periculosidade seria não os R\$ 70, mas cada vigilante teria direito a R\$ 285,60 de acréscimo.

*Se o senhor puder comentar sobre a classe dos vigilantes do Paraná, queremos 30% de aumento.*

O vigilante, coitado, sobra a primeira pancada para ele, está lá no Banco BRADESCO, Itaú, Econômico, uma financeira, uma grande empresa e o maldito assaltante vem, não respeita, ignora, não dá valor nenhum à vida do vigilante. O vigilante é o primeiro que sai ferido, que morre. Quando morre um vigilante, o dono de um BRADESCO, de um Itaú, o grande patrão, muitas vezes não manda um telegrama para a viúva, não manda um botão de rosa, um cartãozinho lamentando a perda daquele que estava tentando proteger o patrimônio que estava sob a sua guarda.

Então, entendemos sim, que os vigilantes, pelo alto risco da profissão, deveriam ter esse reajuste que está sendo pleiteado para todo o Paraná. É da iniciativa privada, mas temos que defender os vigilantes pelo risco que eles correm no cumprimento da função que cabe a cada um deles.

Queremos registrar a presença do grande comunicador de Cornélio Procópio, o Ogildo Alves, do rádio e da televisão. Dos Vereadores da Cidade de Uraí, Ângelo Tarantini Filho e Willians Iwai. O Prefeito de Uraí tem mais ou menos 90 anos de idade. É o mais velho, talvez do mundo. O Prefeito, até peça força da idade, não tem aquela disposição que um Prefeito mais jovem tem de viajar para Curitiba, para Brasília, atrás de verba. É importante o trabalho que esses Vereadores têm feito pela sua Cidade.

A missão do Vereador é muito importante, porque nem sempre o Prefeito está no Município para atender a população, e tem muita gente simples, do povo, que fica acanhada, com vergonha de bater à porta da casa do Prefeito para pedir, às vezes, um enterro para um parente que morreu, para pedir uma internação urgente para o pai, para a mãe, para o filho, para alguém que está passando mal, para pedir algum tipo de atendimento. Mas, o Vereador é sempre aquela primeira porta que a população se sente mais à vontade, é o ombro mais amigo que a população encontra para desaguar as suas reivindicações.

Comecei a minha carreira há 41 anos, junto com o Álvaro Dias, nos elegemos Vereadores na mesma Cidade, no mesmo ano. Eu e o Álvaro Dias passamos pela experiência de Vereador e sabemos da importância desse papel. Depois eu e o Álvaro Dias viemos aqui para a Assembleia, em 1970, no primeiro mandato nosso de Deputado Estadual. Quatro anos depois, o povo mandou eu e o Álvaro Dias para Brasília, como Deputados Federais. A carreira, minha e do Álvaro Dias, a exemplo de muitos outros Parlamentares começou como Vereador e sabemos que tem cada Vereador um papel importante para atender a população.

Sr. Presidente, pegamos a internet há pouco. *Gazeta do Povo: Requião ameaça punir Deputados que votarem em desacordo com o Governo.*

Agora há pouco entrou também no blog do jornalista Fábio Campana, o blog mais lido que tem aqui: *Requião ameaça Deputados que votarem contra o Governo.* É o reajuste.

Então, o que diz aqui no Fábio Campana: *Requião encerrou a “escolinha” com uma patética ameaça aos Deputados que ousem votar contra a mensagem de aumento de salário dos servidores de apenas 6%.*

O Requião está fazendo ameaça. Deputado Dobrandino, V. Exa. é um grande aliado do Requião, está aqui, o Requião disse com todas as letras que vai retalhar os da base de apoio que votarem fora do script do Requião, serão expulsos da bancada oficial e devem desistir das benesses palacianas, nem audiências vão conseguir. O Requião não vai dar nem audiências aos insubordinados.

Os servidores pedem no mínimo 15%. O mesmo índice que o Requião usou para aumentar o salário-mínimo para os trabalhadores de empresas privadas. O DIEESE garante que o Governo do Estado do Paraná pode e deve aumentar em 15% o salário dos servidores.

Bom, o Requião está usando uma prática que acho que foi usada por todos os Governadores. Agora, evidentemente, com esse painel vai ser a hora do Paraná conhecer quem é quem. Quem vai tremer nas calças? Quem é que vai ter disenteria? Quem vai tomar calmante? Quem vai se esconder pelos corredores e fingir que não é com ele a bronca? E vai querer dar uma desculpa para o servidor: “Olha eu não votei porque a minha mulher passou mal. O cachorrinho da minha sobrinha estava com febre.”

Vai ser o grande momento de conhecer. O Requião, ele dá o banquete, a sobremesa, para os Deputados palacianos. Nomeia e desnomeia o delegado de Polícia, chefe de CIRETRAN, chefes de núcleo. O Requião agora botou o facão na cabeça de cada Deputado: quem for fiel a ele vai trair o servidor público.

Evidentemente que entre a ameaça do Requião, que não vai dar mordomia, que não vai dar audiência se ficar a favor do servidor público, eu não vou jogar a minha carreira na lata do lixo, vou ficar a favor do servidor público e vou votar a favor dos 15% de aumento. Nós temos que estar bem com o povo, é com o servidor, não com o Requião.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem) (Assentimento)**

Fui citado pelo Deputado Belinati, mas quero discordar do linguajar. Vou votar, na verdade, com a minha consciência. Não tenho medo de pressão de Requião e de ninguém. Isso não é verdade! Isso que se fala aí que o Requião vai perseguir Deputado, não é verdade, Deputado! Desculpe-me, tenho que ser prático e sincero com a opinião pública, esse linguajar, não é verdade! Eu voto com a minha consciência, independente da vontade do Governo ou não.

V. Exa. me desculpe a minha franqueza, mas esse linguajar que o Deputado disse, dor de barriga, não é verdadeiro! É linguajar de quem fala para a plateia e não com a consciência. Desculpe, Deputado Antonio Belinati.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Cabe a questão de ordem de V. Exa. O Deputado Belinati, sem dúvida, por talvez não ter almoçado muito bem, exagerou um pouco no linguajar. Mas vamos melhorar a comida aqui na Assembleia, aí ele não vai ter disenteria.

Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

## ***Deputado Professor Lemos (PT)***

**O SR. PROFESSOR LEMOS**

Nós hoje comemoramos o Dia do Enfermeiro. Quero registrar aqui a nossa satisfação de poder contar com esses profissionais do Brasil e do mundo. É um dia que vai para além do Brasil. É o dia mundial. Nossos parabéns a essa categoria valorosa que aqui na Assembleia está muito bem representada pela Deputada Rosane Ferreira. Parabéns a todos os enfermeiros e enfermeiras do Paraná e do Brasil.

Também hoje inicia-se a Semana da Enfermagem. A importância que tem a Saúde, é fundamental a profissão de enfermeiro para a Saúde. É tão importante quanto a tarefa valorosa dos médicos que temos pelo mundo afora. Parabéns à essa categoria valorosa.

Quero me dirigir aos companheiros e companheiras dos setores públicos, dizer a nossa Bancada do PT, somos em seis Deputados, estamos apresentando as emendas que discutimos no Fórum dos Servidores, com base nos cálculos apresentados pelo DIEESE, emendas ao Projeto de Lei nº 186, que reajusta, repõe a inflação do ano que antecede a data-base. Prevista esta reposição pela Lei nº 15212, esta lei de 2007, uma conquista dos servidores públicos do Estado do Paraná. Portanto, a emenda refere-se uma delas a 1º de maio, reportando-se à lei que criou a data-base. Primeiro de maio, então, para todos os servidores, para que no final do mês de maio todos os servidores, aposentados, da ativa e pensionistas, tenham a revisão salarial.

Também com relação ao auxílio-alimentação, que está congelado desde o ano 2000 no valor de R\$ 50. A nossa proposição é para R\$ 210, que é a cesta básica do DIEESE para o Paraná, para quem ganha até dois salários-mínimos regionais.

Também com relação à reposição salarial, mantemos os 6% como a proposta original e acrescentamos os outros 9% vinculados ao desempenho da receita do Estado do Paraná, para que não sejam substituídos abruptamente os 6% por 15%, porque se o Governador veta os 15%, aí não tem 15% e não tem 6%. Isso é um pedido dos servidores públicos, não é uma invenção dos Deputados da Bancada do PT.

Apresentamos a proposta de corrigir as gratificações, porque temos servidores cuja gratificação é igual ao salário básico que recebem. Se não corrigir a gratificação, a correção salarial é pela metade. Ela não é por inteiro. Estão congeladas as gratificações há muito tempo.

Apresentamos a proposta da promoção e progressão para o agente de execução e para o agente de apoio. Esta promoção e progressão já devia ter sido realizada no ano passado. Já está atrasada, portanto precisa ser feita.

Nós, então, nos baseamos onde? Nos cálculos do DIEESE, que diz que estas condições permitem ao Estado o repasse da inflação aos vencimentos dos servidores na data-base, bem como discutir e atender os demais itens da pauta apresentada pelo Fórum dos Servidores.

Por isso essas emendas não são emendas da Bancada do PT, são emendas do Fórum dos Servidores Públicos, acolhidos pela bancada e apresentadas aqui hoje na Assembleia Legislativa, nesta Sessão.

E nós queremos, evidentemente...

### (Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

## **Deputado Douglas Fabrício (PPS)**

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários públicos aqui presentes, imprensa.

Vou usar o Pequeno Expediente para falar de um projeto que aprovamos na CCJ, que é a Comissão de Constituição e Justiça, hoje, mas antes de falar deste projeto eu vou dar uma pincelada, pois são somente cinco minutos, então vou falar rapidamente. Dia destes recebi aqui na Assembleia Legislativa um jornal, o Jornal da Força: *Deputados Estaduais do Paraná traem o trabalhador e derrubam a Lei do Emprego*.

Então, quem vê esse jornal, olha aqui a fotografia, muito mal feito, inclusive porque as fotografias nem ficam visíveis dos Deputados e então é um projeto de quem não faz a coisa bem feita.

E tem o nome dos Deputados: Ademar Traiano, Fernando Scanavaca, Douglas Fabrício, Antonio Anibelli, Carlos Simões, Dr. Batista, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Mauro Moraes, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Accorsi, Valdir Rossoni, Reni Pereira, Plauto Miró, Ney Leprevost e Pedro Ivo.

E ele diz assim: *Vejam os Deputados que votaram contra a Lei do Emprego. Deputados que votaram contra e Deputados que nem foram votar*.

Então, este jornal divulga aquela PEC do Emprego, que foi proposta aqui por Deputados da base do Governo e que, na verdade, estudamos aquela PEC, inclusive na época eu tinha assinado para a PEC tramitar.

Aí como nós, a nossa assessoria estudou, nós estudamos e verificamos que não precisava daquela PEC, aliás, que ia contra o povo inclusive, contra a geração de emprego, tomamos a posição de votar contrário.

Passado aquele momento, descobriram uma lei do Deputado Ratinho Júnior tinha uma lei que atendia já os requisitos que estavam propondo mais uma vez na PEC.

Pois bem, quando votamos aqui, e votamos contrário à PEC do Governador para beneficiar o trabalhador, nosso voto foi para beneficiar o trabalhador, nós recebemos um grupo, vieram várias pessoas aqui, lotaram as galerias, comandadas pela Força Sindical e soltaram esse jornal, criando uma expectativa negativa na população, fazendo um desserviço à população.

E hoje aprovamos na CCJ, Deputado Marcelo Rangel e Srs. Deputados, Deputado Reni, V. Exa. que fez o relatório, inclusive uma emenda no projeto, V. Exa. propôs a emenda juntamente com o Deputado Marcelo Rangel e foi aprovada na CCJ, para falar de maneira mais simples, resolvendo o problema com relação à questão dos trabalhadores, ou pelo menos procurando resolver, criando uma legislação que permita um diálogo, que permita o Governo ter um certo controle para que a geração de emprego aqui no Paraná seja, de uma certa forma, beneficiada.

Então, por que fazemos este pequeno pronunciamento aqui de cinco minutos? É para mostrar para a população que estamos aqui votando coerentemente, conforme a vontade da população.

Agora, eu queria ver se vai voltar aqui aquele povo, liderado pelo Governador imagino, da Força Sindical, para dar parabéns aos Deputados. Ou vai soltar um jornal para dizer assim: "Parabéns aos Deputados que foram coerentes". Vamos aguardar. O que cobramos agora da Força Sindical é coerência, que seja coerente. Porque divulgar uma coisa pela metade não é coerente. Agora vamos ver. Aguardar que venham os manifestantes, que têm direito de se manifestar, mas têm que se manifestar de forma coerente, senão mancha a imagem da Força Sindical, que é uma instituição tão importante a nível nacional.

Estou vendo os funcionários pedindo os 15%. Nessa luta podem contar conosco, sem nenhuma dúvida. Nós Deputados que fazemos Oposição ao Governo já estamos com as emendas propostas a esse projeto, que já está na pauta de hoje. E que depois, como disse já o Deputado Belinati, vamos para o voto. Com o meu voto podem contar. Aqui temos um painel eletrônico, que foi implantado pelo Deputado Nelson Justus, que vai dar bem claramente para acompanhar voto a voto. Numa Casa democrática vamos respeitar o voto de todos, mas vamos torcer e lutar para que os funcionários públicos saiam ganhando nesta votação.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior.

## ***Deputado Artagão Júnior (PMDB)***

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois motivos especiais me fazem nesta tarde ocupar a tribuna desta Casa de Leis. A primeira delas é a respeito do Governo Federal na questão da habitação popular. E dentro desse projeto do volume de habitações que estão sendo destinadas ao Estado do Paraná, dentro da divisão que coube e da parceria, Deputado Dobrandino, que se desenvolve com o Estado do Paraná, com o Governo Roberto Requião e Pessuti, através da Companhia de Habitação do Paraná, teremos mais de 40 mil casas que serão construídas no Estado do Paraná. Porque minha alegria? Primeiro, porque a moradia, sem dúvida nenhuma, se constitui com a realização de um sonho de uma família. Aqueles que já trabalharam e já buscaram a realização desse sonho certamente sabem o sabor da conquista.

Temos uma demanda significativa no Estado do Paraná. Mas além de tudo isso, além desse volume maravilhoso que se destina ao Estado do Paraná, nessa parceria com o Governo do Estado e o Governo Federal, tivemos hoje pela manhã uma rápida manifestação, mas muito bem explicativa do ex-Deputado Rafael Greca, Diretor-Superintendente da COHAPAR do Estado do Paraná. Mil e 460 casas populares serão destinadas ao Município de Guarapuava. Como dizia o Rafael Greca: “São 1 mil 460 créditos de habitações, a serem construídas e distribuídas para a população de baixa renda do Município de Guarapuava”. Município que represento com muita satisfação.

Qual a contra-partida? O Município viabiliza o terreno e pode, ou o próprio Município credenciar os interessados, ou o próprio escritório da COHAPAR, o escritório regional da COHAPAR no Município de Guarapuava pode fazer esse serviço. O que é importante é que Guarapuava, que tem uma demanda hoje de mais ou menos 3 mil moradias, poderá suprir essa demanda em quase 50%, Presidente Nelson Justus, através desse programa desenvolvido nessa parceria Governo Federal, Governo do Estado e Municípios.

Tenho certeza que essa é uma notícia que, através da TV SINAL, que está sendo divulgada para todo Paraná, chega de forma muito alegre à Cidade de Guarapuava. Sem dúvida alguma temos que comemorar.

Queremos desde já colocar à população que o escritório regional da COHAPAR de Guarapuava está pronto a prestar orientações e informações no tocante a quais os procedimentos que a população deve desenvolver para se inscrever e se credenciar para participar desse programa.

Sem dúvida é uma notícia muito boa, e não poderia deixar de registrar, porque foi fruto inclusive de manifestação feita, hoje pela manhã, na Escola de Governo Roberto Requião, falando desse grande programa habitacional que será feito no Estado do Paraná e destacando essas 1 mil 460 casas, e que esse destaque quem faz aqui é o Deputado Artagão, representante

direto de Guarapuava e Região Central do Estado, pela alegria que temos, porque é um volume extremamente significativo: 1 mil 460 casas para aquela Cidade.

No segundo aspecto, no próxima semana estarei falando aqui de um projeto que hoje está sendo desenvolvido pelo Governo Roberto Requião, através do Secretário Especial de Governo, ex-Senador Nivaldo Krüger, um grande projeto e reflorestamento no Estado do Paraná, com incentivos principalmente a pequenos e médios produtores, à pequena e média propriedade rural, que terão condição de financiamento especial, subsidiado, e a garantia desse financiamento é a própria produção, o plantio, o próprio reflorestamento que está sendo feito. O Governo do Estado investe e também não compromete os cofres através desse financiamento. Mas sobre esse grande projeto de reflorestamento quero falar na semana que vem, buscando maiores informações, encontrando maior documentação e podendo explicar ao povo do Paraná esse grande projeto que está sendo desenvolvido através do ex-Senador Nivaldo Krüger.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

## ***Deputado Caíto Quintana (PMDB)***

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de hoje, quero fazer um pronunciamento ameno, no entanto, importante.

Comemoramos o Dia da Enfermeira. Por solicitação da minha família, visto que poucas oportunidades se tem de conversar com aquelas que muitas e muitas vezes são as que ficam ao lado do leito de quem está doente, hospitalizado, até mesmo em UTIs, tenho dito, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nos últimos tempos, utilizado, muitas e muitas vezes, com passagens que eu não gostaria de lembrar, mas tenho tido a necessidade de conviver com essas pessoas da área de Saúde.

Muitas vezes comentamos da eficiência do médico, falamos do bom atendimento de um hospital, de um especialista. Mas, muito poucas vezes observamos que o receituário médico, por mais competente que o médico seja, é administrado pelo paciente através de uma enfermeira, de uma auxiliar de enfermagem. No interior, inclusive, com muitas pessoas voluntárias, que só pela dedicação é que conseguem o exercício de sua função, ao lado de quem está necessitando.

Essas pessoas são, muitas e muitas vezes, responsáveis por muito da melhora de um paciente. Todos sabemos que a doença tem algo que tem que ser tratado, mas também existe o espírito, o desejo de melhorar, o incentivo para a melhora. A atenção, a dedicação, o atendimento pronto, a certeza de que se tem alguém como um anjo de guarda ao lado da cama, isto acaba sendo fundamental na recuperação, muitas e muitas vezes, de um paciente.

É a diferença, mais a medicação, e mais o atendimento médico, a enfermeira é a diferença entre a possibilidade de uma melhora ou não.

Quero deixar registrado, aqui, no dia de hoje, minha homenagem. E gostaria de fazê-la em nome de todos os integrantes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a passagem deste dia que, muitas vezes, é despercebido. No entanto, são profissionais que merecem o nosso mais profundo respeito. Merecem nossa gratidão, porque todos sabemos o quanto é importante quando alguém, um familiar nosso está internado num hospital, o quanto é importante a presença da enfermeira no quarto, no leito, na UTI, seja onde for. Pela confiança que transmite de que a pessoa está assistida e que está recebendo o tratamento que foi determinado pelo médico.

Fica aqui, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, uma homenagem modesta, não escrita, de alguém que não detém conhecimento suficiente para poder, na plenitude do que merecem as enfermeiras do nosso País, do nosso Paraná, mas fica aqui uma lembrança para todos aqueles que nos ouvem e que sabem o quanto foi, o quanto é e o quanto poderá ser importante, num momento de angústia, exatamente por sermos leigos, por não sabermos a possibilidade de uma melhora ou não, não sabermos se o remédio que está sendo colocado está sendo posto na hora exata.

Fica esta homenagem modesta. Mas, uma lembrança deste Parlamentar, deste cidadão que tem recebido, costumemente, em sua família, o atendimento destas profissionais tão dedicadas. Me permito, pelo tempo de convivência com os Deputados desta Casa, e por ser uma homenagem justa, de fazê-lo em nome também de todas as Deputadas e Deputados, dos 54, da Mesa Executiva, do Legislativo Estadual, uma homenagem a esses servidores tão importantes na vida de cada um de nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra à Deputada Rosane Ferreira.

### ***Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, que bom que estou falando aqui, após a fala do Deputado Caíto Quintana. Quero primeiramente agradecer ao senhor, Deputado Caíto Quintana, e ao Deputado Professor Lemos, pelas palavras colocadas à enfermagem.

Hoje nós iniciamos a Semana de Enfermagem, que tem o início no dia 12, quando do nascimento da enfermeira Ana Néri, e tem seu término dia 20, quando do falecimento de outro vulto de personalidade da nossa categoria. Eu quero agradecer, em nome dos quase 60 mil integrantes da categoria, entre auxiliares, técnicos e enfermeiros, e dizer que, na quinta-feira próxima, na Sessão, conseguimos junto à Mesa Executiva da Assembleia, teremos um momento especial do Grande Expediente, será uma Sessão normal, mas no Grande Expediente,

estaremos aqui homenageando a ABEN, que é a Associação Brasileira de Enfermagem, e o COREN, que é o Conselho Regional de Enfermagem. Traremos os dois profissionais da categoria para fazer uso da palavra e dar visibilidade à toda organização do nosso trabalho.

Muito obrigada pelas suas palavras, em nome de todos os demais integrantes da nossa categoria. Fiquei bastante feliz com a vossa homenagem.

Mas o que me trouxe aqui nesta tribuna foi para deixar registrado nesta Casa que na última quinta-feira realizamos aqui uma grande Audiência Pública para tratar da questão do transporte coletivo. Uma Audiência que eu propus e que foi, pronta e brilhantemente, conduzida pelos Deputados Marcelo Rangel e Reni Pereira. Era um dia bastante atípico e bastante triste para esta Casa, pelos problemas que vivenciamos envolvendo o Deputado Carli Filho e os outros dois jovens, infelizmente falecidos, era um dia bastante atípico, mas não poderíamos cancelar em cima da hora o processo, já tinha gente se dirigindo para cá e nós decidimos, por bem, juntamente com os Deputados Rangel e Reni Pereira, conduzir os trabalhos. Tivemos todos os assentos dessa Plenária ocupados, aqui estiveram o Sr. Alcidino, da COMEC; o ex-Deputado Marcos Isfer, da URBS; aqui estiveram representantes da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo; os representantes das empresas concessionárias do Transporte coletivo; o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo, e foi feita uma grande Audiência, sem contar vários Vereadores, não só de Curitiba como da Região Metropolitana. Foi um grande momento. A audiência começou às 14h e terminou às 19h, foram cinco horas de profundo debate. E eu, numa gentileza e numa confiança grande dos Deputados Marcelo Rangel e do Reni Pereira, fui escolhida como Relatora dessa Audiência.

Então, agora estamos de posse das notas taquigráficas, estamos de posse dos depoimentos, estamos fazendo um estudo e vamos ter que fazer algumas diligências ao setor. E queremos fazer um grande relatório, que realmente auxilie, mais do que pontuar os problemas do transporte coletivo, mas que auxilie a URBS, a COMEC, a construir soluções para o transporte coletivo.

O principal problema apontado foi a questão da superlotação nos horários de pico, que na verdade é quando o trabalhador mais precisa de um transporte coletivo eficiente, eficaz, rápido, seguro, é o momento que temos problemas aqui colocados. E foram apontados outros problemas, mas o que mais se sobressaiu foi a questão da superlotação, a questão da segurança, a questão das pessoas se sentirem seguras, pelos assaltos, pelas questões que ocorrem. E queremos ajudar a construir soluções. Esta Casa não poderia ficar fora dessa discussão.

E quero, mais uma vez, agradecer publicamente pelo trabalho desempenhado aqui pelas duas comissões, a Comissão de Defesa do Consumidor, presidida pelo Deputado Reni Pereira; e a Comissão de Obras e Transporte, presidida pelo Deputado Marcelo Rangel. Vamos alcançar o nosso objetivo.

Muito obrigada.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

### ***Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)***

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários públicos que estão aqui em visita, reivindicando seu aumento salarial.

A Cidade de Londrina experimenta uma espécie de grande festa, porque o pronto socorro do Hospital Universitário está sendo entregue à toda população e a todo Paraná. É uma obra de extraordinária envergadura que foi, de forma corajosa, bancada por uma decisão política do Governador Roberto Requião. Uma obra de R\$ 4,5 milhões. Começou em dezembro de 2006 e está sendo entregue agora, no dia 15 próximo, às 15h. Foi ampliada uma área de quase 600m<sup>2</sup> de uma área total de 2 mil e 500 m<sup>2</sup>. A importância disso é extraordinária! Primeiro porque o pronto-socorro de um Hospital Universitário forma pessoas voltadas para a área da Saúde. Ali são médicos, enfermeiros, pessoas de toda especialidade. Segundo, que ali não passam pessoas pobres, mais simples, que não têm recurso sequer para procurar uma assistência em convênio. O HU, desde 1971, há 38 anos, atende os não contribuintes, os pacientes do SUS, não cobrando nada por isso. Mas a recompensa que esses doentes ali deixam são as suas doenças, seus corpos que passam sob o crivo dos futuros profissionais para que possam, com eles, entendendo melhor, cometerem menos erros durante o exercício profissional.

Pois bem, o Governador Roberto Requião, o Vice-Governador, Orlando Pessuti; o ex-Secretário da Saúde, Cláudio Xavier; o atual Secretário da Saúde, Gilberto Martin; todos envolvidos, principalmente o Dr. Francisco Eugênio, que é Superintendente do HU e toda a sua equipe, é que fazem um convite a esta Casa para que lá compareçam e possamos festejar, junto com Londrina e região, até porque o HU atende uma população de mais de 1 milhão de habitantes; tem gente que vem do Rondônia, do Acre, do Mato Grosso, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, São Paulo, para ser atendido no HU de Londrina, para partilhar dessa grande conquista que é a entrega de, praticamente, um hospital zerado ali na Cidade de Londrina, que é o nosso querido Hospital Universitário - HU.

Isso nos deixa bastante contente, e quero estender o convite que recebi a todos os demais Parlamentares.

Mas não é apenas isso que me traz a tribuna hoje. Antes de concluir, gostaria de cumprimentar o Dr. Francisco Eugênio, a sua equipe, principalmente os funcionários que lá trabalham, médicos, enfermeiros, atendentes, auxiliares, zeladores, o pessoal da manutenção,

enfim, todos aqueles que ali participam. Particularmente, tenho um apreço grande por aquele espaço, por aquela instituição, porque ali foi que eu estudei, ali foi que eu me formei, quando estava no curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Deputado Cheida?  
(Assentimento)

Deputado Cheida, parabéns pelo pronunciamento de V. Exa., que é um médico e tem uma raiz grande com o HU de Londrina. Permita-me compartilhar da sua alegria ao cumprimentar o Dr. Francisco Eugênio, os médicos, médicas, enfermeiros, enfermeiras, funcionários, funcionárias, a população de Londrina e do Norte do Paraná, porque deve ter cerca de 50 Municípios que encaminham doentes para serem atendidos no HU, e ali são muito bem tratados.

Ao parabenizar a toda comunidade do Hospital Universitário, parabenizo o Governador Roberto Requião que, neste momento, merece o elogio, o reconhecimento por esse grande atendimento ao HU. Nosso reconhecimento ao Governador e ao Deputado Cheida, que é um incansável batalhador pelas reivindicações de Londrina e região.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Obrigado, Deputado Belinati. Quero lembrar que V. Exa., na qualidade de Prefeito da Cidade, na qualidade de Deputado Federal e Estadual, não foram poucas as vezes que V. Exa. auxiliou o Hospital Universitário de Londrina. E claro, direta ou indiretamente, ajudando na área de Saúde daquele hospital. Aliás, seu irmão, que é um grande profissional na área de Saúde, é um cardiologista reconhecido, Valdemir Belinati, ali teve a oportunidade de exercer a profissão de docente, inclusive, e eu fui um dos seus alunos ali, há muito tempo, mas é um excelente profissional.

Agradeço o aparte.

Gostaria de dizer aos nobres Pares que, hoje pela manhã, me visitaram algumas pessoas que moram na Ilha do Mel e traziam algumas reivindicações curiosas. Esteve em nosso gabinete o Nelson, o Antonio Carlos Soares que, juntamente com o Wilton, me trouxeram algumas reivindicações. A primeira delas é da necessidade do cumprimento de uma portaria do Ministério do Meio Ambiente, a Portaria nº 009/07, que trata diretamente da necessidade de estabelecermos o Plano de Manejo da Ilha do Mel e do cumprimento da Lei nº 9985, de julho de 2000, que trata, também, do mesmo assunto.

Curiosamente, ao conversarmos, eles me diziam que a Ilha do Mel é considerada zona rural, mas os serviços públicos que ali são desenvolvidos e cobrados, por meio das tarifas, das taxas, como da SANEPAR, como da COPEL, são cobrados como zona urbana e turística. Isso faz com que uma tarifa de água e energia elétrica, que deveria ser cobrada a custos muito menores, como na zona rural hoje se cobra, fica mais caro. Muitos dos

senhores que aqui estão têm propriedades rurais e sabem que há um desconto bastante expressivo, bastante grande, para os agricultores, para os moradores da zona rural. A despeito disso, o cidadão que mora com sua família lá na Ilha do Mel, acaba pagando uma quantia muito alta.

Por isso, estamos encaminhando um pedido de informações ao Governador, especificamente à COPEL e à SANEPAR para podermos confrontar essas informações com a realidade e, quem sabe, com isso poderemos aqui ter um considerável desconto nas tarifas de água e energia dos moradores, dos nativos, em especial dos que moram e desenvolvem suas atividades na nossa Ilha do Mel.

No artigo 49 desta lei que acabo de mencionar que é a Lei nº 9985, o artigo 49 diz que a área de uma unidade de conservação do grupo de proteção integral, que é o caso da Ilha do Mel, é considerada zona rural para os efeitos legais. Entretanto, segundo relatam os moradores, as tarifas de água e energia elétrica são cobradas como se fossem uma zona turística. E, é claro, isso traz problemas sérios, não enriquece mais a COPEL, tampouco a SANEPAR, mas pode colaborar para as dificuldades, que não são poucas, daqueles cidadãos que moram na Ilha do Mel. E isso, é claro, traz para nós uma obrigação de investigarmos essa questão e, quem sabe, estarmos provendo melhorias àqueles cidadãos na Ilha do Mel.

Companheiros Deputados, uma notícia que, de certa maneira, surpreendeu a muitos, e a mim, particularmente, trazida principalmente pela Folha de São Paulo, diz que o País perdeu o controle completamente sobre os transgênicos. Os produtores e cooperativas não separam as lavouras convencionais de milho geneticamente modificado, alegando falta de estrutura. Ou seja, isso aqui é um desastre anunciado há muito tempo. Quando o Governador Requião e toda a equipe da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, também da Secretaria da Agricultura, diziam que os transgênicos, fossem eles na soja, no milho ou onde fossem, não teriam como entrar no Estado e deixar de contaminar as lavouras, hoje estamos vendo que aquela posição foi profética. Hoje aqui está, inclusive o IDEC, que é um instrumento de bastante renome, está cobrando ação em relação ao descontrole de transgênicos do Governo Federal.

O que tem acontecido? As sementes geneticamente modificadas, que são patrimônio e propriedade das empresas particulares que produzem essas sementes com tecnologia de DNA, vendem no mercado e cobram royalties, e royalties pesados, entram no Estado, contaminam a produção de sementes crioulas e acabam levando daqui, quando se permite, os royalties, que é o que querem, sob o pretexto de usarem menos veneno, de usarem menos agrotóxicos. Acontece que o mundo inteiro já está vendo que a redução do agrotóxico, propalada e pretendida, é praticamente um absurdo que uma empresa que vive de vender veneno esteja produzindo sementes que diminuam o consumo de veneno. Alguma coisa deve estar errada nisso.

Mas, os estudos comprovam que durante os dois ou três primeiros anos, realmente a quantidade de veneno aplicada é menor, mas logo depois se equipara ao equivalente anterior e até suplanta, o que faz com que o Brasil, que é o maior consumidor de veneno do mundo, e esse é um dado oficial, não há sobre a face da terra nenhum País que consuma mais agrotóxico que o Brasil, e não é à toa que doenças relacionadas a isso campeiam pelo nosso País, o Brasil está agora em um descontrole absoluto sobre o que é a lavoura de transgênicos e o que é a lavoura de sementes convencionais, sementes crioulas.

É claro que, nesse particular, é preciso e existem leis estabelecendo a regulamentação sobre isso, que o Estado do Paraná, em especial a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, cobrem uma disciplina maior nesse caso. É preciso ir a campo fazer o inventário, até porque as matérias nacionais que ganharam manchete neste final de semana mostram o Paraná como exemplo, em todas elas está lá um agricultor paranaense com a mão na cabeça dizendo que perdeu o controle da sua lavoura porque não sabe mais se é milho transgênico, se é soja transgênica, ou se é a semente crioula.

Em alguns Países, e não são poucos, inclusive na França, agora, recentemente, os transgênicos estão sendo proibidos, a estampa no rótulo dos produtos livres de transgênicos, ou não contém transgênico, sejam eles de origem animal ou vegetal, já é obrigatório. No Brasil ainda não, a legislação não permite que façamos isso.

Portanto, Srs. Deputados, está aí uma frente de batalha e acredito que a Assembleia Legislativa precise tocar nesse ponto, com todo o rigor possível. Não é possível e nem tampouco desejável que tenhamos um descontrole desse porte na produção agrícola do Estado.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças.

PDT: com a palavra o Deputado Scanavaca, por 10 minutos.

### ***Liderança do PDT: Deputado Fernando Scanavaca***

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não poderia deixar de subir a esta tribuna, para falar de um grande evento suprapartidário que o PDT realizou na Cidade de Maringá, onde esteve o nosso Senador Osmar Dias, pré-candidato ao Governo do Estado, e fazendo com que as lideranças de Maringá, não apenas as políticas, estiveram lá os Presidentes do DEM, Deputado Federal Lupion; do PP, Ricardo Barros; do PSC, Deputado Federal Ratinho Júnior. Foi uma pena que o Deputado Rossoni não pôde estar presente nesse evento. O PSDB ficou representado pelo Diretório Municipal de Maringá.



Dizer da grande organização e da participação da nossa Deputada Cida Borghetti; do Prefeito de Maringá, Silvio Barros e do Vice-Prefeito Cupim, fazendo com que as lideranças políticas e empresariais dessa Cidade pudessem, junto com o Senador Osmar Dias, discutir quais são as necessidades da Região Noroeste do Estado do Paraná, com a presença de mais de 1 mil participantes, com a transmissão em cadeia estadual de mais de 100 emissoras de rádio, o Senador Osmar Dias pôde falar ao Paraná quais são as suas pretensões de Governo, discutindo o plano de Governo, com perguntas de todos os paranaenses, ao futuro Governador do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças: PMDB.

Com a palavra, o Deputado Waldyr Pugliesi, por 10 minutos.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, da Bancada do PMDB, resolvemos dar cumprimento àquilo que reza o artigo 47, parágrafo 1º, do nosso Estatuto Partidário. Praticamente, por unanimidade, decidimos que a bancada deverá votar, esta foi a deliberação no sentido de votarmos a integralidade do Projeto de Lei nº 189, que reajusta em 6% os vencimentos dos servidores do Estado do Paraná.

Olha, o Governo, depois dos mais apurados estudos e dando cumprimento à sua pretensão de recompor os salários dos servidores, chegou à conclusão que neste momento, objetivamente decidindo, só poderá praticar um aumento de 6% nos vencimentos dos quase 250 mil servidores estaduais.

Estamos tomando esta decisão, poderia dizer até a contragosto, porque se esgotou, na realidade, através da Liderança do Governo e dos argumentos de todos os outros Deputados, aquela pretensão de trabalharmos no sentido de darmos apoio ao Governo. Como um Governo se sustenta se não tem a compreensão e a posição clara dos seus membros?

Então, o Estatuto Partidário dá os instrumentos para que a bancada, o partido como um todo, possam tomar as decisões que são as mais apropriadas neste momento. Qual o Deputado, nesta Casa, que não gostaria de apresentar emendas dando enormes aumentos a todos os nossos servidores? Mas, tem hora que a demagogia de uns, o populismo de outros, acabam se fazendo presentes. E não é desta maneira que, no nosso entendimento, devemos agir.

O Governador do Estado já sinalizou de maneira muito clara no sentido daquilo que é possível fazer aqui no Estado do Paraná neste momento. E não existe, a bem da verdade, nenhuma relação com aquele aumento de 14,9, que diz respeito à alteração do salário-mínimo

apenas apenas e tão-somente. O Estado não tem condições de suportar este aumento que alguns, ou pelo menos um, pretende ver aprovado.

Não é fácil falar e agir desta maneira. Seria muito mais para todos nós aparecermos como aqueles que estão fazendo com que hajam aumentos enormes para os servidores. Imaginem V. Exas., Deputados e Deputadas, eu fui três vezes Prefeito da Cidade de Arapongas, na última vez que lá estive comandando a Cidade, de 1º de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1996, a minha administração praticou 48 aumentos. Basta, para aqueles que não queiram acreditar, se dirigirem à Câmara dos Vereadores e pedirem as mensagens que todos os meses eu enviava à Câmara Municipal de Vereadores: 48 aumentos. O que é que eu fazia? Eu sucedia um Prefeito que praticou o arrocho salarial, eu poderia dizer, que humilhou os servidores municipais e fiz esta política, criei condições para agir dessa maneira.

Mas, Deputados que aqui estão me ouvindo nesta tarde, aqui mesmo nesta Assembleia, durante oito anos do Governo Lerner, eu nunca vi chegar aqui uma mensagem dando sequer 1% de aumento em longuíssimos e duradouros oito anos.

Então, não é simpático falar o que estou falando, mas é verdadeiro. Como que vamos agir caminhando na direção oposta daquilo que a realidade nos obriga a fazer neste momento?

Mas, ser Governo, muitas vezes, é você carregar o fardo - se este é um fardo, que eu não considero assim - conjuntamente.

Então, esta questão deveria se espalhar sobre outra questão que eu julgo mais ampla, que é a questão dos partidos, da fidelidade partidária, do encaminhamento que todos os partidos devem fazer para os seus militantes, para os seus membros, para os seus Vereadores, para aqueles que conquistaram nas urnas o direito de representar parcela da população, porque não é possível vermos Ministro que falam determinada coisa quando são candidatos, se elegem e depois, no exercício do Ministério ou nas Secretarias, descumprem tudo aquilo que propuseram aos eleitores. Talvez esteja aí uma das razões do descrédito em que muitas vezes cai a chamada classe política.

Então, volto a repetir, o PMDB fechou questão em relação a esta matéria, e através do fechamento de questão, os Deputados do partido deverão votar, na sua integralidade, volto a repetir, o projeto de lei do Poder Executivo que foi enviado a esta Casa, e o Governador do Estado já sinalizou também hoje na Escola de Governo que aqueles que querem fazer parte do Governo devem defender, devem apoiar e devem caminhar juntamente com o Governo, senão na hora do benefício ao Governo, na hora que aparece uma dificuldade, dissentem e cruzam estradas que não são aquelas que devem ser caminhadas por todos nós.

Fica aí, de maneira muito clara, uma decisão que eu poderia dizer aqui que foi tomada, até por unanimidade da Comissão Executiva, do diretório regional e pelo conjunto de Deputados Estaduais do PMDB.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Gostaria de solicitar aos nossos visitantes que pudessem assistir à Sessão, mas que não se manifestassem, porque cada Parlamentar tem o direito democrático de expressar a sua opinião.

Peço a compreensão dos senhores e senhoras, porque senão não poderemos dar um bom andamento na Sessão. Certamente haverá pessoas que vão falar com a concordância dos senhores que estão aqui e daí os Deputados não irão se manifestar contrariamente desta forma.

Bloco PSB/PRB/PV; Bloco PTB/PR; Bloco PPS/PMN; DEMOCRATAS.

**(Declinaram)**

PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

**O SR. TADEU VENERI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apresentamos no dia de hoje, já foi aqui relatado pelo Deputado Professor Lemos, algumas emendas que entendemos serem necessárias no projeto do reajuste dos servidores, que obviamente são emendas que foram feitas a partir de uma discussão com o Partido dos Trabalhadores. Não necessariamente essas emendas, foi esse o entendimento e foi essa discussão que tivemos com o Fórum dos Servidores, até para que façamos justiça, não necessariamente essas emendas representam, na sua integralidade, a posição e a postura defendida pelo fórum dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Por que digo isso? Para que não haja nenhum tipo de inconveniente com os companheiros do Fórum, que legitimamente representam suas bases, trazem uma demanda e essa demanda em alguns casos, parcialmente é atendida pelo PT. E por isso mesmo apresenta emendas, que vamos fazer o debate a respeito delas no dia de amanhã. Algumas emendas que foram apresentadas de forma diferenciada.

O Deputado Professor Lemos está conversando com o líder da nossa bancada, para que tenhamos um entendimento se essas emendas devem ou não ser alterada. Mas, entendemos que, primeiro, as emendas foram apresentadas num amplo debate no Partido dos Trabalhadores. Tivemos uma posição única no partido, todos assinamos as emendas que estou falando. Vamos votar nas emendas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores. Não entendemos que há qualquer tipo de incongruência com essa posição.

E aí o Deputado Líder do PMDB, acho que de uma forma muito correta, colocou a posição do PMDB para o PMDB. O Deputado Líder do Governo também já fez o seu posicionamento para que a base siga aquilo que entende o Governador como sendo correto. E obviamente que o Partido dos Trabalhadores, dentro do que é a sua prerrogativa, está apresentando emendas, por entender que nós, nas limitações que temos, podemos melhorar e aprimorar o projeto.

Se essas emendas vão ser aprovadas ou não, não cabe a nós antecipar. Agora, quero deixar registrado aqui que houve um esforço muito grande do líder da nossa bancada em fazer com que tivéssemos emendas que todos pudéssemos, conjuntamente, assinar. Se não é tudo aquilo que queremos, certamente é mais do que temos. Por isso mesmo que estamos buscando fazer com que, nesse projeto, possamos caminhar juntos.

**O Sr. Professor Lemos (PT)**

Para contribuir com o seu pronunciamento. Conversei com o Deputado Péricles e também, depois de ter conversado com o Fórum dos Servidores, acrescentamos mais duas emendas que atendem os interesses dos servidores públicos.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Então, Deputado Péricles, acho que dentro de tudo que temos conversado nesses dias todos, e agora o Professor Lemos faz essa colocação, na verdade quatro emendas estão sendo apresentadas. São as emendas que o Fórum havia proposto. E uma emenda é que o partido entendeu que deveria apresentar. E vamos votar nessa emenda.

Deputado Rossoni, V. Exa. que foi Líder da Oposição muito tempo aqui, sabe que estamos num processo de construção, se essa construção vai ser possível e, depois, na semana que vem, possivelmente na terça-feira e posteriormente na quarta-feira iremos votá-las. Se for possível construir um entendimento, vamos buscar construí-lo.

Acho que aqui todos, sem exceção, todos, Governo, Oposição, os partidos que compõem, estão interessados que haja uma ganho real para o servidor.

É óbvio que também reconhecemos, isso já foi dito, reconhecemos que nesse período de seis anos, não há perdas com relação à inflação do período, mas é preciso também que se recomponha a gratificação. É preciso que seja recomposto o poder aquisitivo, no que diz respeito ao auxílio-alimentação. É preciso que tenhamos a garantia que a data-base de 1º de maio será o mês retroativo, mesmo que seja depois retroativos a 1º de maio os reajustes que porventura forem aprovados.

Acho que nesses pontos estamos de acordo. Se vamos conseguir fazer aqui, no dia da votação, um processo de construção para que tenhamos aprovadas essas emendas, vamos saber defender da nossa capacidade ou não.

Deputado Elio Rusch, eu não assinei as emendas da Oposição. Estou colocando isso, já coloquei inclusive para o Deputado Elio Rusch, coloquei hoje para o Deputado Douglas Fabrício. Acho que algumas emendas, Deputado, são semelhantes, coincidentes. É possível que tenhamos, em determinados momentos, votações que sejam coincidentes? É possível. Agora, não vamos aqui, em hipótese alguma, mas em hipótese alguma, quero deixar muito claro isso, não vamos poder aqui fazer o jogo do bem e do mal. Se estão comigo, são bons; se não estão do meu lado, são maus. Acho que não é esse o tipo de política que queremos fazer.

Somos parceiros, sim. Nós temos sido parceiros o tempo todo. Agora, sabemos também que além da parceria - que aliás é uma parceria que já dura seis anos, é uma parceria que achamos extremamente boa para os trabalhadores, com o Governador Roberto Requião - entendemos que há demandas, que o PMDB, talvez pela sua leitura, não possa apresentar, Deputado Pugliesi, mas que entendemos que é a nossa obrigação apresentar.

Com todo o respeito que temos, e não vamos conjunturar em colocar adjetivismo nas posições desse ou daquele, porque acho que o adjetivo não ajuda, ao contrário, reduz o debate ao nível que não queremos, respeitamos todos os companheiros, Deputadas e Deputados, independente da sua posição. Agora, não vamos aceitar adjetivos, porque o adjetivo não só reduz o debate como torna medíocre a argumentação.

Como não somos, nem medíocres, e nem vamos adjetivar com ninguém, entendemos que vamos apresentar emendas legitimamente postuladas pelo Fórum dos Serviços Públicos do Estado do Paraná. Vamos fazer força política para que possamos aprová-las. Se aprovar, obviamente vamos buscar fazer entendimento para que o Governador possa sancioná-las.

Esse será o caminho que entendemos ser o correto e quero, mais uma vez aqui, reconhecer o esforço feito por toda a bancada. Poucas vezes fiz isso e quero reconhecer, de novo, o Deputado Péricles fez um grande esforço para que pudéssemos ter uma única posição na bancada.

Deputado, quero cumprimentá-lo, sei que não é comum, até porque a nossa bancada tem, muitas vezes, posições diferentes dentro da própria bancada, mas graças ao esforço que foi feito pelo Deputado Péricles, estamos apresentando todas as nossas emendas, apresentadas por todos os Deputados. Isso é um salto de qualidade. Não haverá nenhum Deputado do PT que votará diferente.

Eu falo isso, porque tenho ouvido, algumas vezes, cobranças. Como que o PT vai votar? O PT vai votar assim ou assado? Só que, às vezes, quem nos cobra não consegue unidade nem dentro da sua bancada. Acho então que temos que fazer, nós temos emendas assinadas, vamos votar nas emendas que assinamos. Vamos buscar entendimento com todos os partidos, mas temos muita tranquilidade em dizer essas emendas são o nosso limite possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vejo aqui hoje a manifestação dos funcionários públicos. Mas o que me preocupa, e no que vou firmar aqui o meu pronunciamento, foram as palavras do Governador.

Acredito que o Governador tenha encaminhado para esta Casa um projeto dentro das condições que o orçamento suporta. Tudo bem! Só que a forma como o Governador se comporta, mandando recados para os Parlamentares, trocando em miúdos, aqui o que foi dito pelo Governador aos Parlamentares: “Quem não votar o projeto do Governo como ele encaminhou, sem as nossas emendas, não será mais atendido no Palácio Iguaçu.”

Quero aqui, de público, dispensar o atendimento do Governador no Palácio Iguaçu. Por que quero dispensar? Primeiro, não conheço o Palácio das Araucárias. Segundo, nem sei como estão as divisórias e se ele demitiu o Secretário que não soube fazer as divisórias. Dispensar esse tratamento do Governador. Não é possível alguém se dirigir ao Poder, e aí tenho certeza que muitos Parlamentares que iriam votar a favor do projeto do Governo e contra as emendas, acho que é o momento dos Deputados darem uma demonstração de que não devemos receber recados. Não podemos ser intimidados, quem me elegeu Deputado não foi o Governador. Quem me elegeu Deputado foram 70 mil paranaenses, e entre esses 70 mil paranaenses estão servidores públicos que confiaram na minha coragem. Agora o Governador manda recado às bancadas aqui e diz: “Ou se ajoelha, ou não será atendido”.

Talvez seja por isso que os Municípios que eu atendo estejam passando pelas dificuldades que estão. Os Municípios que eu atendo não tem Governo do Estado, as escolas públicas que eu conheço, a grande maioria, estão em péssimas condições. E eu tenho que ouvi-lo mandar um recado desses.

Somos em poucos Parlamentares de Oposição. Ouvi aqui o Deputado Tadeu Veneri falando que apresentaram emendas e não sabem se vão votar as emendas da Oposição. Queremos colocar a nossa posição. Vamos votar as emendas da Oposição, e eu particularmente, falo por mim, não falo pela Liderança da Oposição, mas sinto-me um opositor nato, porque faz seis anos que estou firme na mesma Oposição e quero dizer que votaremos as emendas do PT também.

Este é o meu posicionamento.

### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Primeiro quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Faço de suas palavras as minhas. Como Deputado de Oposição encaminhamos as emendas pela Bancada de Oposição e vamos votar as emendas do PT. Gostaríamos muito de receber também a mesma contrapartida da Bancada do PT, que é importante. Com relação à declaração do Governador na “escolinha” hoje pela manhã, realmente foi um grande erro. Não somos funcionários do Governador, pelo contrário, estamos aqui para fiscalizá-lo e orientá-lo quando ele está equivocado. Esse aumento de 6% apenas, é um grande equívoco. Vamos votar as nossas emendas pela Bancada da Oposição e também da Bancada do PT.

Parabéns, Deputado!

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Tenho certeza, ouvi pronunciamento do Deputado Pugliesi, ele com legitimidade, como Presidente do PMDB, do Partido do Governador, tem um posicionamento que respeitamos. Agora, não consigo acreditar, estamos chegando ao cúmulo de que o Governador acha que o Palácio Iguaçu é dele. Ele acha que os recursos oriundos do orçamento do Estado são dele. E ele diz o seguinte: “Quem se ajoelhar, leva; quem não se ajoelhar, não leva.”

Pois eu prefiro não levar e não me ajoelhar. Esta é a grande verdade. Não é possível alguém que tenha um mandato legítimo - e aí não vejo a indignação dos Srs. Parlamentares - receber um recado destes e achar que isto está certo, que está correto.

Estou colocando aqui o meu posicionamento, muito bem claro. E tenho uma grande esperança, que possamos, que todos os Municípios - e aí quero me justificar aos meus eleitores, não posso e me justifico, me subordinar à vontade de uma única pessoa, quando vejo a maioria dos paranaenses contra esta pessoa.

Outro dia votamos, aqui, o salário-mínimo. Não conseguimos incluir uma emenda para que nenhum servidor público receba menos que o salário-mínimo fixado no Estado do Paraná. Isto é um absurdo! Quer dizer, a iniciativa privada paga o salário-mínimo. O Governo não é obrigado, porque o homem manda.

Estou até com vontade, Líder da Oposição e demais Deputados, vamos votar contra e na semana que vem marcamos uma audiência com o Governador. Vamos ver se ele recebe. Porque se ele não receber, tudo bem. Nós vamos perder alguma coisa? Nada! Mas, talvez faça com que o Governador reflita um pouco, sobre não ser ele o dono da verdade. Ele não é o dono do Paraná. Ele está Governador, ele não será eternamente Governador.

Vamos votar contra. Vamos votar favorável aos 15% e depois marcamos uma audiência com o Governador. Vamos ver se é verdade o que ele falou na “escolhinha”. Se ele nos receber com respeito, estaremos lá conversando com o Governador. Se ele não nos receber com respeito, vamos contar à população paranaense o que ele está fazendo com os Parlamentares de Oposição.

Outro dia eu participava de uma reunião, um Vereador na reunião que eu estava participando me disse: “Rossoni, o que você está trazendo para o Município?” “Esperança!” Quero dizer aos senhores que o que estou dizendo é que espero, um dia, poder ser um Parlamentar autônomo, independente, sem intromissão do Executivo no Legislativo, com o poder econômico e o poder da caneta.

#### O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Agradeço o aparte. Quero apenas fazer uma correção. Quando V. Exa. diz que o Governador Roberto Requião acha que o Palácio Iguaçu é dele, está equivocado. Ele tem certeza!

Muito obrigado.

#### O Sr. Antonio Belinati (PP)

O Governador está naquele refrão: ajoelhou tem que rezar. Como ele dá as benesses para a Bancada Governista, naturalmente ele está cobrando, agora, a retribuição de cada Parlamentar. Eu sou igual a V. Exa. e igual a alguns poucos Deputados da Oposição. O maior presente que recebemos não é nomear delegado de Polícia, chefe de CIRETRANs ou chefe de Núcleos de Ensino. O melhor presente que já recebi na minha vida foi o veto do povo. Então, tem que agradar quem? Quem me coloca aqui como Parlamentar, que é o povo! E neste ingrediente “povo” está o servidor.

Por isso, diante de uma ameaça destas, fico solidário com V. Exa., 100% solidário ao servidor público.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Cumprimento V. Exa. pelo posicionamento. Eu fiz mais o pronunciamento para ver e sentir a indignação dos Srs. Parlamentares do recado que receberam, apenas. Porque se fôssemos entrar em minúcias, em questões de Segurança, em questões de Saúde que temos discutido aqui, nós temos muito o que melhorar, e só vamos melhorar dando um bom salário aos servidores públicos do Estado do Paraná.

Vamos manter a nossa posição e não adianta o Governador ameaçar, porque ainda aqui tem gente, Deputado Augustinho Zucchi, que exerce a função. Vamos votar a favor das emendas, contra a vontade do Governador, para mandar uma mensagem para o Governador, porque aqui ainda tem alguns que não se ajoelham.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança da Oposição, com a palavra Deputado Douglas Fabrício.

### *Liderança da Oposição: Deputado Douglas Fabrício*

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários que estão aqui participando desta Sessão, componentes da imprensa.

Vou falar, Srs. Deputados, sobre a questão do funcionalismo público. Mas vamos lembrar algumas coisas primeiro. Como as coisas aqui são decididas pelo voto, votamos um projeto que o Governador enviou para cá, relembrando, dando 15% de aumento para a iniciativa privada pagar. Aprovamos esse projeto, votamos favoravelmente, porque entendemos que precisamos melhorar o salário da empregada doméstica, ela precisa ganhar um salário condizente para poder dar condições de sobrevivência à sua família. Então, aprovamos. E o Governador sai pelo Brasil, e nas entrevistas diz que o Paraná tem o maior salário-mínimo regional. É verdade, nós Deputados que aprovamos, ele que se aparece dizendo, porém não é ele quem paga; quem paga o salário-mínimo regional são os empresários, são os profissionais liberais, são os professores, policiais militares, enfim, é a população que paga.

Pois bem, depois que o Governador, através de um decreto, propõe aumento de salário na ordem de 60 e 43% para alguns profissionais que estão lá para trabalhar para o Governo, então ele aumentou, Deputado Marcelo Rangel, a partir de fevereiro, o mesmo Governador, 15% para a iniciativa privada pagar, e dá 60% para alguns cargos dentro do Governo, 62% - obrigado, Deputado Marcelo Rangel - e 43% para outros, o aumento. Aí chega a vez daqueles que fizeram concurso público, daqueles que estudaram, daqueles que verdadeiramente são servidores públicos, daqueles que trabalham a serviço da população, não daqueles que são eleitos pelo povo, porque os eleitos são temporários, trabalham lá por um período, só que como o Governador já teve três eleições ele acha que é dono do parque. Sabe aquela situação que você coloca lá: Pode ficar no parque por um período". A pessoa fica um tempo, depois fica mais um tempo, dali a pouco acha que é dono do parque.

Na verdade, tem que deixar claro isso: O Governador foi eleito pelo povo e nós fomos eleitos pelo povo, são os dois Poderes distintos; a Assembleia é um Poder, o Executivo é outro Poder e o Judiciário é outro Poder. O Judiciário chegou pelos concursos, o funcionalismo público chegou pelos concursos, o Deputado chegou aqui na Assembleia pelo voto do povo, e o Governador chegou pelo voto do povo. Só lembrando que o Governador chegou arranhando, chegou pelo voto do povo arranhando ele quase perdeu a eleição para o Senador Osmar Dias, quase perdeu. Só não perdeu porque foi na pressão. O que ele fez com os Prefeitos está querendo fazer com os Deputados. Ele amarrou os Prefeitos. Se não votassem nele, ele deixaria os Municípios à mingua. Por isso o povo votou nele. O Deputado que votar com o servidor vai ter perseguição do Governador Não vai poder levar ambulância, ônibus, obras para o Município.

Só para lembrar o Governador, já aprovamos tudo aqui nesta Casa. Aprovamos mais de R\$ 21 bilhões para distribuir em obras, mandar ambulância, ônibus para o Município, para aumentar o salário dos servidores. Aprovamos aqui para aumentar o salário de vocês e o Governador agora não quer aprovar.

Vamos para o voto! Vamos ver quem vai obedecer aos funcionários públicos e quem vai obedecer ao Governador. Eu vou obedecer aos quase 30 mil votos que tivemos. Nós da Bancada da Oposição vamos ajudar o pessoal do PT. Quero pedir ao pessoal do PT que vote junto conosco também. Questão de coerência. Não assinaram nossas emendas, tudo bem, não é a assinatura que vai valer, vai ser o voto.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

#### **O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Vou me reportar nesse meu aparte, mais especificamente, a esta atitude do Governador de estabelecer o voto do cabresto nesta Casa. Percebo que estamos retroagindo no tempo. É humanamente inconcebível admitirmos que, neste momento da vida democrática da vida brasileira, venhamos aqui impor regras dentro do Parlamento Estadual, estabelecendo os limites de cada Parlamentar, como atuar ou não. Não posso conceber de forma alguma isso!

Ouvindo, pela mídia nacional, os Deputados Federais, os Senadores e, ainda ontem assistia no Jô Soares uma entrevista do Presidente do Congresso Nacional, que advogava a reforma política, e dois pontos seriam discutidos. Esses pontos seriam o financiamento público e a lista fechada dos partidos.

Confesso que até pensava contrariamente à idéia da lista, mas agora me convenço, mais do que nunca, que temos que advogar isso, porque, com certeza, não estaríamos vivendo uma situação como essa, no momento de votarmos um projeto da importância que tem para o funcionalismo público. Se tivéssemos o voto de lista o Deputado estaria comprometido com o partido e não com o Governador, teria independência no Parlamento, tanto Estadual como Federal. Passo a acreditar que é importante, sim, termos o voto de lista, porque teríamos adquirido a nossa independência. Chega de "vaquinha de presépio"! Chega de Parlamentares que só sabe dizer amém, se curvam e se rendem pelo benefício de pequenas coisas. O Parlamentar tem que se impor, exigir, porque ele não está aqui defendendo interesses do Governo, mas do Paraná como um todo, dos segmentos organizados deste Estado.

Parabenizo V. Exa. pelo seu pronunciamento! Quero dedicar aqui, com certeza, todo o nosso apoio ao funcionalismo público estadual. Conte com o nosso voto, porque entendo que este é o momento de advogarem essa causa.

Muito obrigado!

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Obrigado por suas palavras, Deputado Traiano.

Finalizando, é bom lembrar que estamos propondo um aumento de 15%, igual foi dado à iniciativa privada. Então, nossa emenda é a da coerência. Eu ouvi alguns falarem em demagogia. Demagogia é fazer uns pagarem e, quando é para dar o exemplo, não dá o exemplo. Isto é demagogia!

O DIEESE, um importante órgão de estudo, coloca que pode ser concedido aumento, sim, tecnicamente. Basta ver os dados na imprensa que o DIEESE divulgou. Então, estamos na linha da coerência. Propor emendas ao projeto do Governo concedendo 15% de aumento ao funcionalismo público é só uma questão de coerência, porque nós mesmos votamos 15% para a iniciativa privada pagar. Nós da Oposição estamos propondo cinco emendas que, naturalmente, serão discutidas. Gostaria que fossem discutidas uma a uma. Gostaria que pudéssemos discutir emenda por emenda, votando assim para que a população pudesse conhecer a posição de cada Deputado.

Sei que os funcionários públicos são organizados e, com certeza, irão divulgar para o Paraná inteiro quem está junto com eles. Tenho certeza, podem contar, senhores funcionários públicos, muitos aqui estão junto com vocês. Contem com o meu voto e com o meu apoio para que possamos vencer essa batalha.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Anunciamos, com satisfação, a presença do Prefeito de Marilândia do Sul, Sr. Pedro Sérgio Mileski, do PV, em nome da nossa querida Deputada Rosane. Gostaria de agradecer a presença do Prefeito e deixar aqui, também, os nossos agradecimentos pela visita que faz a esta Assembleia Legislativa.

Com a palavra o eminente Deputado Luiz Claudio Romanelli, pela Liderança do Governo.

***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli*****O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente Deputado Augustinho Zucchi, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Hoje, foi um desfile daqueles que não têm compromisso e nem a responsabilidade com a vida das pessoas. Digo isso porque todos aqui que usaram a tribuna sabem muito bem que projeto de lei para poder conceder reajuste ou revisão salarial, tem que ter iniciativa na Chefia do Poder a que ele se destina e, ao mesmo tempo, são nos percentuais e com cláusulas daquelas estabelecidas pelo ordenador de despesa, conforme preceitua a Lei Complementar nº 101, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, nos artigos 16 e 17. O ordenados de despesa tem que dizer daonde ele vai tirar os recursos para poder, efetivamente, realizar o pagamento daquele aumento do compromisso que tem, ou sejam da despesa que vai ser realizada.

Desde logo, vamos deixar uma coisa clara aqui: todas as emendas que forem apresentadas ao projeto de revisão do salário que concedam qualquer tipo de benefício, de reajuste ou de alteração de aumento do valor que está proposto, não é legalmente possível de ser acatada por esta Casa. Este é o primeiro ponto. Segundo ponto que tem que ser dito: o Governo tem feito uma política salarial de valorização do servidor público. Pelo terceiro ano consecutivo, temos feito a revisão anual dos salários e, intercalado nisso, temos reestruturado os Planos de Cargos e Salários, temos readequado esses planos, criado novos planos, concedido os reajustes efetivos para os servidores públicos.

O que estamos tratando nesse projeto, cumprindo um disposto da Constituição que sempre foi uma letra morta, o inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual. O Governador Requião decidiu dar efetividade a esse item, que diz que o Governo fará a revisão anual de salários, corrigindo inflacionariamente. E esse reajuste de 6% todos sabem que significará um acréscimo, uma despesa mensal, em uma folha de R\$ 596 milhões para 249 mil servidores, de mais R\$ 36 milhões. E fazemos isso, todos sabem, com um grande esforço, no meio de uma crise econômica. Basta ver agora o que fez o Governo Federal, que negocia com o funcionalismo público federal, com 1 milhão e 600 mil trabalhadores que prestam serviço ao Governo Federal, um aumento para os próximos três anos, 2009, 2010 e 2011, já inclusive para pagar

no mandato posterior do Presidente Lula. E quanto é o total que estamos falando? É de 13% para três anos, condicionado ao aumento da arrecadação do Governo Federal. Isso é o que está sendo negociado, que foi recentemente negociado pelo Governo Federal.

Ora, não podemos ter aqui, sinceramente, a falta de responsabilidade de poder, de fato, reconhecer. Agora há pouco eu ouvi o Presidente do PSDB, o Deputado Valdir Rossoni, na tribuna desta Casa, não estou vendo o Deputado neste plenário, certamente está no gabinete me ouvindo, mas ouvi o Deputado Rossoni falar aqui que ele gosta de ouvir nas ruas, de ouvir a população. Ele não quis ouvir a rua e a população quando 97% da população era contra a venda da COPEL e ele insistia em privatizar a COPEL. Como também ele não teve dó, nem da população, nem do servidor público, quando privatizou o BANESTADO, que faz com que todo mês paguemos R\$ 60 milhões de reais da conta do BANESTADO pela privatização; e das milhares de famílias que foram destruídas pelo fim do banco público, que era o BANESTADO.

Sinceramente, vi recentemente o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, depois de uma longa discussão, greve, uma situação extremamente complexa, depois de muito tempo sem conceder um reajuste, o Prefeito, em um grande esforço, disse: “O que eu posso fazer é pagar um reajuste para os servidores públicos da Prefeitura de Curitiba, de 6%. Não foi isso que fez o Beto Richa?

Então, minha gente, vamos parar de querer iludir as pessoas, querer dizer, fazer de conta: “Olha, vou assinar a emenda, vou colocar a emenda, vou dar para os policiais militares 15%, vou dar 20% para os professores”. Ora, sinceramente, aqui quem define a política salarial do servidor público é o Governo do Estado, é a Chefia do Poder Executivo, é o Governador Requião. O Governador Requião, que todos sabem que é o Governador que mais investe nas pessoas deste País, é um Governo que tem uma política salarial com começo, meio e fim. E nos próximos dias eu vou detalhar alguns desses pontos aqui.

O que não podemos, na verdade, é querer achar aqui, em um determinado momento, que vêm aqueles velhos demagogos da política, que sobem à tribuna e não têm compromisso com a realidade e muito menos com a verdade, ou então pessoas que eu considero pessoas do bem, que acabam emparedadas por uma circunstância política específica por conta, é claro, de pessoas que têm uma postura, uma conduta que não condiz com a responsabilidade que devem ter.

E aí quero chamar a responsabilidade de todos os Parlamentares desta Casa, especialmente da base de apoio. Fizemos um grande esforço, o Governo continuará fazendo o esforço, o Governador Requião, que se preocupa com os servidores públicos, e teremos certamente novos reajustes neste Estado nesse 2º semestre, teremos ainda 2010. São políticas salariais importantes.

Eu nem era Deputado aqui, Deputado Pugliesi, mas V. Exa. era. Quando os professores vinham a esta Casa buscar o apoio, para poder de fato ter algum reajuste, o que acontecia? Quem era o Líder do Governo aqui? Era o Deputado Valdir Rossoni, que hoje, incoerentemente, foi à tribuna e fez esse discurso.

Sinceramente, quero chamar a responsabilidade de todos. Entendo que a Oposição tem um papel, V. Exa., Líder da Oposição mas ao mesmo tempo quem integra a base de apoio tem compromisso com o nosso Governo, com as nossas políticas públicas e sabe muito bem o que estamos fazendo para combater a desigualdade social, promover a inclusão social, combater as políticas neoliberais, criar neste Estado políticas públicas importantes, que dignifiquem os paranaenses. Sabemos o quanto o nosso Governo tem lutado.

Por isso, quero pedir a todos que não se deixem enganar e iludir e façam como o Ulisses, não o Guimarães, mas o grego, que se agarrou ao mastro do navio para não ouvir o canto das sereias. Sejam coerentes e vamos votar mantendo a integralidade, continuando os avanços em relação à política salarial deste grande conjunto de pessoas, que promovem o bem-estar do nosso Estado: os servidores públicos.

Obrigado, Srs. Deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Informamos aos Srs. Deputados que já foi publicado, no Diário Oficial da Assembleia, a Proposta de Emenda Constitucional Estadual, de autoria do Deputado Durval Amaral, que acrescenta inciso ao artigo 66 da Constituição, estando assim aberto o prazo para a apresentação das emendas. Lembrando que segundo o nosso Regimento são três dias para a apresentação de emendas a esta matéria.

### **Ordem do Dia:**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, memorando de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, informando aos Srs. Deputados que já foi publicado, no Diário da Assembleia, a Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Deputado Durval Amaral, que acrescenta inciso ao artigo 66 da Constituição. Estando assim, aberto o prazo para apresentação das emendas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 606/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária de Estado da Cultura, a implantação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Piraí do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 607, 609 a 614/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a viabilização de um aparelho de ecografia para os respectivos Municípios: Abatiá, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Barra do Jacaré e Cambará. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 608/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário Estadual da Agricultura e do Abastecimento, a viabilização da prorrogação em 10 (dez) dias do prazo de zoneamento agrícola do trigo no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 615/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, indicando ao Exmo. Sr. Governador do Estado sugerindo à Junta Comercial do Paraná, a realização de concurso público para prover as vagas necessárias para o cargo de tradutor público e intérpretes comerciais, para a cada língua. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

### **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante de Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **Redação Final**

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 160/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública Associação dos Agricultores Santo Antonio do Passo Grande II do Município de Cândói, com sede em Cândói e foro em Guarapuava. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 160/09  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Santo Antônio do Passo Grande II, com sede no Município de Cândói e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 170/09, de autoria da Deputada Beti Pavin, que declara de utilidade pública estadual a AAEK - Associação Assistencial Evangélica KOYNONIA, com sede e foro no Município de Piraquara. **Aprovada. (Publ. no DA nº 036/09, de 22/04/09, em Projetos de Lei).**

**3ª Discussão****ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) em todo o Estado do Paraná, na forma que menciona. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CMA E CAICTM. COM EMENDA DA CAICTM. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CAICTM APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

**2ª Discussão****ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que altera e estende os benefícios da Lei nº 15758 de 27/12/07 aos créditos de natureza não-tributária, nos termos da Lei Federal nº 4320/64. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/09, que dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF.

**Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:**

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 073/09**

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

“Art. 1º Deve o Governo do Estado do Paraná, somente compor a Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira (CIPOFRON) quando do efetivo aumento dos policiais no quadro da Polícia Militar do Paraná constante no artigo 1º do presente projeto.

Parágrafo Único. Excepcionalmente e temporariamente pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, poderá remanejar policiais de outras regiões para composição da CIPOFRON observando, um critério proporcional na relação direta policial/habitante, considerando os altos índices de criminalidade por área.

Art. 2º O efetivo total da Polícia Militar do Paraná, deverá ser distribuído, priorizando a permanência proporcional de um efetivo condizente ao número de habitantes em Municípios, que possuem um alto índice de criminalidade e ou menor relação policial/habitante.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) EDSO STRAPASSON

Apoioamento:

Stephanes Júnior, Elton Welter, Pedro Ivo, Luciana Rafagnin e Pastor Edson Praczyk.

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 02**

Inclua-se ao final da redação do artigo 5º do presente projeto:

“Art. 5º (...), no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(a) EDSO STRAPASSON

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Stephanes Júnior, Pedro Ivo, Pastor Edson Praczyk e Elton Welter.

**O projeto será encaminhado à CCJ, para apreciação das emendas.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/09, que concede reajuste geral de 6% na referência salarial inicial das tabelas das carreiras estatutárias civil e militar do Poder Executivo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 186/09**

Inclua-se artigo, com a seguinte redação:

“Art.(...) O Poder Executivo do Estado do Paraná fica autorizado a complementar a reposição salarial em até 15%, condicionado à arrecadação orçamentária e às disposições legais.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, PEDRO IVO, ELTON WELTER, PROFESSOR LEMOS, PÉRICLES DE MELLO e TADEU VENERI.

**JUSTIFICATIVA:**

Compreendendo a posição do Governo Estadual de que a crise inviabiliza, neste momento, o índice de 15% pleiteado, a emenda proposta, permite a aprovação do artigo 1º, da mensagem do Executivo, garantindo-se, imediatamente, a partir da data de (01/05/09), a concessão e pagamento do índice ali proposto de 6% bem como, com a aprovação da emenda possibilite que o processo de conversação e negociação atualmente em curso, implemente o índice de 15%, no decorrer do ano, tudo vinculado à questão financeira e econômica da arrecadação.



## EMENDA DE PLENÁRIO N° 02

Adite-se artigo, com a seguinte redação:

“Art.(...) O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, deverá efetivar todos os atos necessários para implementação em folha de pagamento das promoções e/ou progressões dos Agentes de Apoio e de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, retroagindo os efeitos pecuniários à data da efetivação aos Agentes Profissionais do QPPE.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, PEDRO IVO, ELTON WELTER, PROFESSOR LEMOS, PÉRICLES DE MELLO e TADEU VENERI.

## JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado, através da SEAP implementou a promoção e progressão dos Agentes Profissionais, em setembro de 2008. Entretanto, até a presente data os outros servidores integrantes do mesmo Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, integrantes das carreiras de Agentes de Apoio e Agentes de execução ainda aguardam a efetivação do direito à promoção/progressão.

Tal realidade tem ocasionado divergência entre os servidores já que alguns tiveram seus direitos à promoção/progressão efetivados enquanto outros ainda não tiveram assegurado este direito. Tal realidade tem reflexos negativos na gestão e prestação dos serviços públicos à população.

Portanto, a emenda objetiva fixar prazo para a efetivação deste passivo laboral dos agentes de Execução e de apoio, assegurando-se a igualdade e a isonomia funcional entre todos os integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE.

## EMENDA DE PLENÁRIO N° 03

Adite-se artigo, conforme segue:

“Art.(...) O Poder Executivo Estadual, através da SEAP, concederá a título de auxílio alimentação a todos os servidores que percebam até dois salários-mínimos estadual, o valor atinente a cesta básica apurada por índice oficial.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, PEDRO IVO, ELTON WELTER, PROFESSOR LEMOS, PÉRICLES DE MELLO e TADEU VENERI.

## JUSTIFICATIVA:

A emenda visa considerar para efeito da concessão do auxílio alimentação o valor do salário mínimo regional/estadual e não o nacional, bem assim, que o valor atualmente pago de R\$ 50,00 (cinquenta reais) seja acrescido atingindo o valor da cesta básica.

Portanto, se aprovada a emenda estar-se-á ampliando os servidores beneficiados pelo auxílio alimentação e estar-se-á aumentando o seu valor, fixando-o no patamar da cesta básica fixada por índice oficial.

## EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 04

Modifique-se o *caput* do artigo 3° e adite-se dois parágrafos ao mesmo artigo, com a seguinte redação:

“Art. 3° O aumento percentual de 6% (seis por cento) abrange os servidores ativos integrantes da Carreira Técnica de Extensão Rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, o vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, a remuneração de Secretário de Estado, o valor dos contratos de regime especial - CRE's, Paranaeducação, os convênios com APAE's, incidindo também sobre os valores das quotas constantes do Anexo IV da Lei Complementar n° 092 de 05/07/02 e a gratificação prevista no artigo 5° e parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 001, de 02/08/72, com a redação da Lei Complementar n° 112, de 04/10/05, bem assim, às outras gratificações previstas nos artigos 172, inciso VIII e 18, das Leis Estaduais n° 6174/70, 13666/02 e 15050/06, respectivamente.

§ 1° A complementação salarial prevista no artigo 1°, parágrafo 2° desta lei, incidirá igualmente sobre as gratificações/adicionais explicitadas no *caput* deste artigo.

§ 2° As gratificações de insalubridade e periculosidade deverão ser implantadas pela Administração Pública Estadual na forma da Lei Estadual n° 10692/93, em especial quanto aos índices previsto nos seus artigos 10 e 11.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, PEDRO IVO, ELTON WELTER, PROFESSOR LEMOS, PÉRICLES DE MELLO e TADEU VENERI.

## JUSTIFICATIVA:

A adição redacional do *caput* do artigo visa garantir que todas as gratificações e adicionais existentes sejam devidamente reajustados na mesma proporção do reajuste salarial e não somente as gratificações dos servidores da receita estadual abrangidos pela legislação invocada no artigo 3°, da referida Mensagem ora emendada.

Sobre a questão registramos que as gratificações estão com seus valores “congelados” desde a sua implantação. Assim, apesar dos reajustes salariais ocorridos nos anos anteriores incidentes sobre o salário base dos servidores as gratificações e adicionais (chamados de penduricalhos) mantiveram-se sem qualquer reajuste, ocasionando, portanto, significativas perdas salariais aos servidores já que em alguns casos os penduricalhos chegam a representar um valor equivalente ao salário base.

Por outro lado, desde o ano passado há um compromisso expresso da SEAP, que inclusive já apurou os impactos financeiros caso a caso, de realizar as correções das gratificações e dos adicionais que estão congelados desde a sua implantação. Aliás, o próprio Governo do Estado reconheceu tal realidade quando editou o Decreto n° 4281 de 18/02/09 que reajustou em 62% os vencimentos dos Diretores Gerais das Secretarias de Estado e dos Reitores da IES além de reajustar em 43% as gratificações dos Diretores Presidentes e Diretores de Autarquias.

Da mesma forma, ocorreram outros reajuste de gratificações destinadas a “superior” administração do Paraná, conforme se lê do Decreto nº 3828, editado em 19/11/08.

Assim, além dos motivos supra declinados, o aditivo à redação do *caput* do artigo 3º, objetiva garantir e efetivar o princípio da isonomia e igualdade que deve nortear a gestão pública estadual.

A adição do parágrafo 1º visa, no caso da efetivação da complementação do reajuste salarial de no mínimo, 15% a extensão as gratificações e adicionais.

A adição do parágrafo 2º, que a primeira vista se parece absurda, objetiva reiterar o cumprimento da legislação editada pelo próprio Governo - Lei nº 10692/93.

Só para esclarecer, na legislação citada sob nº 10692/93, estão previstos os índices atinentes aos adicionais de insalubridade e periculosidade. Apesar disso, o Governo não cumpre a lei, pois, para alguns servidores excluiu tal gratificação e para outros congelou o seu valor. Ambos procedimentos do Poder Público afrontam a lei aqui declinada. Se o servidor executa trabalho insalubre ou perigoso deve receber os respectivos adicionais/gratificações daí decorrentes, não sendo substituível por outra sob qualquer título, inclusive, não podem as gratificações/adicionais aqui referidas ser congeladas em seu valor.

Sobre o tema, é bom registrar que o Governo editou recente Lei sob nº 16023/08, aprovada pela Casa de Leis do Paraná, em que os adicionais/gratificações supracitadas são pagos percentualmente ao salário dos servidores do Poder Judiciário, sendo reajustadas a cada reajuste do salário base.

Assim, aqui também se invoca o princípio da igualdade e isonomia entre os servidores para justificar a emenda, além do princípio da legalidade e que esta submetida à Administração Pública. Em suma: a emenda quer alertar o Poder Executivo Estadual para o cumprimento da legislação editada, no caso concreto a Lei Estadual nº 10692/93.

#### EMENDA DE PLENÁRIO Nº 05

Modifique-se o artigo 5º, ficando da seguinte forma:

“Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data base dos servidores, 01/05/09.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ELTON WELTER, PEDRO IVO, PÉRICLES DE MELLO, PROFESSOR LEMOS E TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda redacional visa adequar quanto ao imediato pagamento do índice de 6%, ainda neste mês de maio/09 - data base dos servidores. Quanto a complementação ficará vinculado a arrecadação e demais exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal sob nº 101/00.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 06

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 020/09, tem por objetivo alterar a redação original de seu artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º Fica concedido o índice geral de 15% (quinze por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, com consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitadas a amplitude salarial e a dinâmica de intercargos, a todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, NEY LEPREVOST, PLAUTO MIRÓ E VALDIR ROSSONI.

#### JUSTIFICATIVA:

Na mensagem em que o Poder Executivo encaminhou a esta Casa proposta de reajuste para o piso salarial mínimo dos trabalhadores da iniciativa privada, o Governo afirmou que o Estado do Paraná é a 6ª economia do País em relação ao PIB, tendo assim plenas condições econômicas de arcar com um piso que oscila entre R\$ 605,52 e R\$ 629,65. Estes valores equivalem a um aumento médio de 14,9% em relação ao salário anterior, correspondente a soma dos percentuais utilizados pelo Executivo (CAGED e PIB).

A presente emenda tem por objetivo justamente estabelecer uma coerência entre a política salarial do Estado, dando tratamento igualitário entre trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos do estado, pois parece evidente que se a economia paranaense suporta um reajuste de 15% para certas categorias de trabalhadores, poderia manter o mesmo índice para aqueles que trabalham no serviço público.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 07

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 020/09, tem por objetivo alterar a redação original de seu artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º Fica concedido o índice geral de 6% (seis por cento) na remuneração dos servidores de todas as carreiras estatutárias, civil e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, NEY LEPREVOST, PLAUTO MIRÓ E VALDIR ROSSONI.

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que a remuneração de muitas das carreiras dos servidores públicos estaduais não é feita através de subsídio único, e sim é composta por vencimento básico e outra vantagens, se o índice de revisão que se pretende conceder incidir exclusivamente sobre o vencimento básico, ele não se traduzirá num índice geral e único para todos os servidores.

Resultará em um número de índices distintos para a revisão salarial de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal (artigo 27, inciso X da Constituição Estadual) contrariando o comando da lei maior que impõe a revisão geral, na mesma data e sem variação de índices.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 08**

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 020/09, tem por objetivo alterar a redação original de seu artigo 5º, conforme redação a seguir:

“Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo de 01 de maio deste ano.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, NEY LEPREVOST, PLAUTO MIRÓ E VALDIR ROSSONI.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda modificativa tem por objetivo assegurar que todos os servidores públicos, sem distinção de carreiras ou quadros, possam receber a reposição salarial já a partir de 1º de maio.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 09**

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 020/09, tem por objetivo acrescentar a redação original desta Proposição um novo artigo a ser remunerado como artigo 2º, conforme redação a seguir, renumerando-se o artigo 2º da redação original como artigo 3º e os demais artigos sucessivamente, conforme redação a seguir:

“Art. 2º Fica assegurado a todo servidor público estadual, civil e militar, vencimento básico e soldo igual ou superior ao Piso Salarial Estadual.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, NEY LEPREVOST, PLAUTO MIRÓ E VALDIR ROSSONI.

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que o vencimento básico do servidor civil e o soldo do servidor militar são o parâmetro para o cálculo de algumas vantagens atreladas ao seu vencimento básico, importante garantir-lhes o piso mínimo compatível com o do trabalhador da iniciativa privada.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 10**

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 020/09, tem por objetivo acrescentar a redação original desta Proposição, novo artigo onde couber, com redação conforme segue:

“Art. (...) O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente lei, deverá realizar, concluir e efetivar todos os atos necessários para implementação em folha de pagamento das promoções e ou progressões dos Agentes de Apoio e de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, retroagindo os respectivos efeitos pecuniários à data da efetivação destas providências em relação aos Agentes Profissionais do QPPE.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, NEY LEPREVOST, PLAUTO MIRÓ E VALDIR ROSSONI.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda visa assegurar o cumprimento do princípio constitucional da isonomia entre os servidores da Administração Pública Estadual, pois até o momento os servidores integrantes das carreiras de Agentes de Apoio e Agentes de Execução do QPPE aguardam a efetivação do direito à promoção e progressão em suas carreiras, ao contrário do tratamento dispensado aos Agentes Profissionais do QPPE cujas promoções e progressões foram implementadas já em setembro de 2008.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 11**

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 020/09, tem por objetivo acrescentar a redação original desta Proposição um novo artigo onde couber, com redação conforme segue:

“Art. (...) O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, concederá, a título de auxílio alimentação, a todos os servidores que percebem até 2 (dois) salários mínimos estadual, valor equivalente a uma cesta básica, conforme apurado pelo DIEESE, que deverá ser mensalmente creditado na folha de pagamento destes servidores.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, NEY LEPREVOST, PLAUTO MIRÓ E VALDIR ROSSONI.

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda visa considerar para efeito da concessão do auxílio alimentação o valor do salário-mínimo regional estadual, bem assim que o valor atualmente pago de R\$ 50,00 (cinquenta reais) atinja o valor da cesta básica calculada pelo DIEESE para o mês de março/09 de R\$ 210,56 (duzentos e dez reais e cinquenta centavos).

A emenda pretende portanto ampliar o benefício aos servidores públicos através do auxílio alimentação, aumentando o seu valor nos mesmos índices de cálculo para o reajuste dado pelo Poder Executivo ao salário-mínimo regional, fixando-o no mesmo patamar da cesta básica do DIEESE.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 12

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 020/09, tem por objetivo acrescentar a redação original desta Proposição um novo artigo onde couber, com redação conforme segue:

“Art. (...) O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, estenderá o vale transporte aos demais servidores estaduais, nas mesmas condições em que é concedido aos servidores da educação no Estado do Paraná, previsto na Lei Complementar 103/06.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, LUIZ CARLOS MARTINS, NEY LEPREVOST, PLAUTO MIRÓ E VALDIR ROSSONI.

#### JUSTIFICATIVA:

Objetiva a presente emenda dar tratamento igualitário aos servidores do Poder Executivo, com a extensão do vale transporte nas mesmas condições daquele já concedido aos servidores da educação pública do Estado do Paraná.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 13

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 186/09:

“Art. ... Sobreponha-se o percentual de 15% (quinze por cento) aos professores do ensino médio, no valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com Mensagem nº 020/09, do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Estende-se esse reajuste aos professores aposentados.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) MAURO MORAES

#### Apoio:

Douglas Fabrício, Elio Rusch, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Marcelo Rangel, Professor Lemos, Antonio Belinati e Reni Pereira.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 14

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 186/09:

“Art. ... Sobreponha-se o percentual de 15% (quinze por cento) aos Policiais Militares e Cíveis, ao valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com Mensagem nº 020/09, do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Estende-se esse reajuste aos policiais militares civis aposentados.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) MAURO MORAES

#### Apoio:

Douglas Fabrício, Elio Rusch, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Marcelo Rangel, Professor Lemos, Antonio Belinati e Reni Pereira.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 15

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 186/09:

“Art. ... Sobreponha-se o percentual de 15% (quinze por cento) a Polícia Científica, ao Valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com Mensagem nº 020/09, do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Estende-se esse reajuste aos integrantes da Polícia Científica aposentados.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) MAURO MORAES

#### Apoio:

Douglas Fabrício, Elio Rusch, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk e Fernando Scanavaca.

#### EMENDA DE PLENÁRIO Nº 16

Adite-se parágrafo ao artigo 1º, com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

§ 1º (...)

“§ 2º Implementado no mês de maio índice salarial previsto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo do Estado do Paraná poderá complementar a reposição salarial, até a data base vindoura, em índice mínimo de 15% na forma pleiteada pelo Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais - Fórum, condicionado a arrecadação e às disposições da Lei Complementar nº 101/00. Para atendimento da complementação salarial supra o Poder Executivo não deverá realizar qualquer repasse financeiro a título de excesso de arrecadação e/ou suplementação orçamentária a qualquer ente, sem prévia alocação de recursos para a implantação da complementação salarial aqui referida.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) PROFESSOR LEMOS, TADEU VENERI, ELIO RUSCH, AUGUSTINHO ZUCCHI, MARCELO RANGEL, DOUGLAS FABRÍCIO, ANTONIO BELINATI, VALDIR ROSSONI e PASTOR EDSON PRACZYK.

**JUSTIFICATIVA:**

Os servidores e suas entidades sindicais mantêm e reiteram a reivindicação justa e viável nos aspectos econômicos (o estudo financeiro e orçamentário elaborado pelo DIEESE já foi remetido a todos(as) Parlamentares Estaduais) e social atinente ao reajuste da data base (01/05/09) de, no mínimo, 15%, aliás, mesmo índice de reajuste do salário-mínimo regional/estadual defendido pelo Governo do Paraná. Entretanto, compreendendo a posição do Governo Estadual de que a “crise” inviabiliza neste momento, o índice de 15% pleiteado, os sindicatos integrantes do Fórum, com a emenda proposta, dão todas as condições para que os Parlamentares aprove o artigo 1º da mensagem do Executivo, garantindo-se, imediatamente, a partir da data base (01/05/09), a concessão e pagamento do índice ali proposto de 6%, bem como, com a aprovação da emenda possibilite que no processo de conversação e negociação atualmente em curso, implemente o índice de 15%, no decorrer do ano, tudo vinculado à questão financeira e econômica da arrecadação, aliás, que se verificará já a partir do segundo trimestre de 2009, consoante se lê no estudo realizado pelo DIEESE acima citado e remetido.

Por outro lado, para a conquente efetivação da emenda ora proposta, o Poder Executivo, não poderá dar outra destinação ao excesso de arrecadação sem que previamente destine os recursos daí decorrentes para cumprimento da reposição complementar contida na emenda.

Assim, a emenda proposta pelo Fórum representa o compromisso dos servidores com os indispensáveis investimentos visando as melhorias dos serviços públicos prestados ao povo do Paraná, bem como, de vida dos servidores, realçando o procedimento de conversação e negociação que se implementa entre as partes, através da SEAP/SEPLAN.

**EMENDA DE PLENÁRIO Nº 17**

Adite-se artigo, com a seguinte redação:

“Art. (...) O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP, no prazo máximo de 60 dias, deverá realizar, concluir e efetivar todos os atos necessários para implementação em folha de pagamento das promoções e/ou progressões dos Agentes de Apoio de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, retroagindo os efeitos pecuniários à data da efetivação aos Agentes Profissionais do QPPE, consoante princípio constitucional da isonomia/igualdade imposto à Administração Pública.”

Sala das Sessões, em 12/05/09.

(aa) PROFESOR LEMOS, TADEU VENERI, ELIO RUSCH, AUGUSTINHO ZUCCHI, MARCELO RANGEL, DOUGLAS FABRÍCIO, ANTONIO BELINATI, DR. BATISTA e PASTOR EDSON PRACZYK.

**JUSTIFICATIVA:**

O Governo do Estado, através da SEAP implementou a promoção e progressão dos Agentes Profissionais, em setembro de 2008. Entretanto, até a presente data os outros servidores integrantes do mesmo Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, integrantes das carreiras de Agentes de Apoio e Agentes de execução ainda aguardam a efetivação do direito à promoção/progressão.

Tal realidade tem ocasionado cizânia e divergência entre os servidores que já alguns tiveram seus direitos à promoção/progressão efetivados enquanto outros ainda não tiveram assegurada este direito. Tal realidade tem reflexos negativos e prestação dos serviços públicos à população.

Por outro lado, a SEAP, desde o ano passado, que está tomando todas as medidas mais até agora nada!

Portanto, a emenda objetiva fixar prazo para a efetivação deste passivo laboral dos agentes de Execução e de Apoio, assegurando-se igualdade e a isonomia funcional entre todos os integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE.

**O projeto será encaminhado à CCJ, para apreciação das emendas.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/09, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o reajuste de 6% nos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e dos cargos comissionados. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2009, Resolução nº 003/04. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

**Requerimentos**

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2129 a 2131, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

O autor ontem não estava na Sessão no momento da votação do requerimento e ficou o autor de retirar, pelo menos um dos pedidos de informação, embora a Mesa considere como ofício. Não sei se ele retirou.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

O Deputado que apresentou é o Deputado Ademar Traiano, que está presente hoje. São três requerimentos. Deputado Ademar Traiano, solicito a V. Exa. que esclareça os requerimentos.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, o que está se passando é uma situação com a APAE de Salgado Filho, que está deixando de receber alguns recursos. Essa situação é ligada apenas a esta APAE da região Sudoeste do Paraná. As demais não estão tendo esse problema. A mim foi encaminhado um expediente para que gestionasse junto às autoridades na esfera estadual e federal, para tomarem providências nesse sentido. O meu requerimento é apenas no sentido de encaminhar às autoridades governamentais para que deem as informações, o porquê do não repasse desses recursos para a APAE. Não tem outro objetivo senão este de esclarecimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, na verdade, vou encaminhar pela aprovação, mas queria convidar o Líder do PSDB, Deputado Ademar Traiano, tão logo terminasse a Sessão, para ir ao meu gabinete para que pudéssemos ligar para o Secretário da Saúde, Gilberto Martin, para ele poder, de fato, nos informar. Tenho a certeza que ainda hoje vamos obter essa informação. Não é necessário fazer pedido de informação para o Ministro da Saúde para poder identificar um problema da APAE de Salgado Filho. Convido o Deputado Traiano para que possamos, de fato, resolver isso de uma forma mais simplificada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. Devidamente **aprovados** os três requerimentos, com o apoio de todos os Srs. Deputados.

Requerimento nº 2128, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2183 a 2186, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2188, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2189, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2190, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2191, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2193, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2203, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 190, 547/08; 193/09 e do Projeto de Resolução nº 012/09.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 790/07; 496/08; 009 e 139/09.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Atas de Comissões***

#### ***Constituição e Justiça***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Carlos Simões, Duílio Genari, Edson Strapasson, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Dr. Batista e Jonas Guimarães. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Ademar Traiano. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 018/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado Nereu Moura, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e ao Instituto Ambiental do Paraná - DEFERIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 050/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 065/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 068/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer do Deputado Ademar Traiano pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - DEFERIDO; 05) Projeto de Lei nº 072/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 074/09, de

autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 077/09, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 078/09, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 087/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 088/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Tadeu Veneri solicita vista - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 092/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 106/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 118/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; com abstenção de votação pelo Deputado Carlos Simões; 14) Projeto de Lei nº 124/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 127/09, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 16) Proposição Veto nº 025/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 100/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 105/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 19) Projeto de Lei nº 108/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 132/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 225/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 034/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 150/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 151/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 158/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 160/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado Duílio Genari, na forma de emenda anexa - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 064/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

## ***Ecologia e Meio Ambiente***

### **COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 206/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cleiton Kielse - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

### **COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 052/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Welter - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício

Luciane Andretta - Secretária

